

# Diário do Legislativo de 21/07/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 27ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Município de Montes Claros pelo Transcurso de seus 150 Anos de Fundação

1.2 - 42ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 43ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

### 2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 27ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/7/2007

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Entrega de placa - Palavras do Prefeito Municipal Athos Avelino - Exibição de vídeo - Palavras do Reitor Paulo César Gonçalves de Almeida - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Ademir Lucas - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlos Pimenta - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Luiz Tadeu Leite - Ruy Muniz.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo; a Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Planejamento, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; os Exmos. Srs. Cel. Mário Lúcio Alves de Araújo, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, representando o Comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército, Gen. João Roberto de Oliveira; Prof. Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Unimontes; Athos Avelino, Prefeito Municipal de Montes Claros; Vereador Coriolando Afonso, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros; Deputado Federal Mário Assad Júnior, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Fernando Pimentel; Márcio Augusto Vasconcelos Nunes, Diretor-Presidente da Copasa-MG; o jornalista Carlos Lindemberg, Presidente do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares - Cepo -; o Revmo. Sr. Pe. Silvestre, representando o Arcebispo Arquidiocesano de Montes Claros, D. José Alberto; e o Exmo. Sr. Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

## Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Deputado Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional; João Antônio Filocre Saraiva, Secretário Adjunto de Educação; Paulo César de Oliveira, Diretor-Geral da revista "Encontro"; Ten.-Cel. Alexandre Lucas, Coordenador da Defesa Civil do Estado; Odilon Pereira, Chefe de Gabinete da Secretaria de Saúde; Agnaldo Mascarenhas, Chefe de Gabinete da Secretaria de Esportes; Iran dos Reis, Vice-Presidente da Federação do Comércio; Valmir Moraes de Sá, Prefeito Municipal de Patis e Presidente da Associação Mineira da Área Mineira da Sudene - Amans -; Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão - Amirt -; e Deputados Federais Humberto Souto e Vitor Penido. Registramos também o recebimento de três manifestações: da Deputada Elbe Brandão, Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas; do Deputado Jairo Ataíde e da Deputada Ana Maria Resende, manifestando seu pesar por não poderem fazer-se presentes nesta reunião, em razão de compromissos previamente agendados, e desejando pleno êxito no transcorrer desta solenidade.

## Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Município de Montes Claros pelo transcurso de seus 150 anos de fundação.

## Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado por Regina Coelho, com acompanhamento de Maria Sílvia Tonelli.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Palavras do Deputado Arlen Santiago

Exmos. Srs. Presidente da Assembléia Legislativa, que muito nos honra por estar presidindo esta solenidade importante para Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Senador da República e amigo de Montes Claros, Eduardo Azeredo; Exma. Sra. Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, que neste ato representa o Governador de Estado, Aécio Neves; Exmo. Sr. Cel. Mário Lúcio Alves de Araújo, montes-clarense, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro, representando aqui o Comandante da 4ª Região, Gen. João Roberto de Oliveira; Magnífico Reitor da Unimontes, Prof. Paulo César Gonçalves de Almeida; Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Montes Claros, Athon Avelino; Exmo. Sr. Secretário Municipal de Assuntos Institucionais, Deputado Mário Assad Júnior, neste ato representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Fernando Pimentel; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Vereador Coriolando Afonso; Exmo. Sr. Presidente da Copasa-MG, Márcio Nunes; Exmo. Sr. Presidente do Cepo, jornalista norte-mineiro Carlos Lindemberg; Revmo. Pe. Silvestre, representando o Arcebispo Arquidiocesano de Montes Claros, D. José Alberto; caro Secretário de Desenvolvimento Regional, companheiro Presidente do PTB, Deputado Dilzon Melo; Exmos. Srs. Deputados Doutor Viana, Bráulio Braz, Luiz Tadeu Leite, Ruy Muniz, Getúlio Neiva, caro Deputado Carlos Pimenta, Deputado Ademir Lucas, senhores e senhoras; Montes Claros é uma das Minas de que falava Guimarães Rosa. Da distante Vila de Montes de Formigas, feita cidade em 1857, resta a certeza de que o sertanejo é mesmo um forte, como dizia outro gênio da literatura brasileira, Euclides da Cunha. E só mesmo um povo forte, determinado, poderia construir, enfrentando toda sorte de adversidade, uma cidade da grandeza de nossa Montes Claros numa região, na época, tão inóspita.

No cerrado dos pequis, símbolo de nossa região, surgiu a vila, que se transformou em cidade e hoje é quase uma metrópole. Somos 340 mil almas, unidas num mesmo espírito de mineiridade. Uma comunhão de sentimentos e de força de trabalho que fez da nossa cidade a 5ª mais populosa de Minas, a 6ª em número de eleitores e a 12ª em arrecadação de impostos.

Notável história de um povo valente, que, sem perder os traços característicos de nossa gente, soube incorporar o conhecimento e a tecnologia para criar uma economia pujante.

Foram muitos os construtores dessa cidade, pólo de uma região de alto potencial, mas que, infelizmente, apresenta ainda altos índices de pobreza.

Permitam-me fazer de Luiz Milton Prates, jornalista, humanista e Deputado Federal, o símbolo de nossa gente, por ter reunido em sua vida traços tão marcantes de nossa gente, como a visão futurista, a capacidade empreendedora e, acima de tudo, o amor à terra e às suas coisas, um amor que fez dele um dos precursores da defesa do meio ambiente, luta que se materializou na manutenção ambiental do terreno onde hoje estão o nosso Parque Municipal Milton Prates e o jardim zoológico, áreas que são modelo de preservação ambiental e de lazer de nossa gente, principalmente da mais humilde.

Luiz Milton Prates é um exemplo a que podem juntar-se outros milhares de homens e mulheres, nascidos montes-clarense ou que assim se fizeram, atraídos por uma cidade capaz de superações.

A saga do nosso povo é, sem dúvida, uma das mais belas histórias mineiras. Ainda estamos longe do que sonhamos ser, mas é impossível deixar de celebrar o que já avançamos. Hoje estamos reconstruindo um sonho, sonho que se fez forte na década de 70, com o espetacular crescimento econômico, fruto de um projeto ousado, mas que, para frustração de muitos, não se sustentou, mas deixou marcas profundas em nossa gente. Da frustração inicial tiramos a força para a retomada.

Nas últimas décadas, baseados em experiências anteriores, temos construído o nosso futuro em alicerces mais sólidos, com dedicação e profundo sentimento de amor à cidade. Vamos trabalhando num projeto sustentável, que tem como principal característica a união de nossa gente. Já não somos exportadores de gente, mas, ao contrário, um pólo de atração de inteligência e de força empreendedora.

Exemplo dessa nova época é a nossa Unimontes, centro de excelência educacional, considerada a 2ª melhor universidade do Brasil, pelo desempenho de seus alunos em exames de avaliação, pelo fundamental papel dos funcionários e pela excelente administração do Reitor, petebista, Prof. Paulo César Gonçalves de Almeida. A esse centro de excelência se somam inúmeras outras faculdades particulares, como as Faculdades Santo Agostinho, a Funorte, a Pitágoras, a Ibituruna e a Facit, que atraem milhares de jovens em busca do ensino de qualidade e da perspectiva profissional que a cidade oferece.

O ensino superior é a ponta de um processo de educação que começa na infância, com a oferta de um ensino de qualidade nas redes públicas estadual e municipal.

Montes Claros tem na Secretária de Educação, Vanessa Guimarães, uma grande parceira, que soube compreender as dificuldades do sistema e trabalha para a recuperação da rede física, com melhoria de várias das nossas escolas e do projeto pedagógico.

Tais ações também se tornaram possíveis graças ao braço forte e amigo dos funcionários da Superintendência Regional de Ensino, bem instruídos pela Diretora Maria Salete de Souza Nether, que conseguiram colocar escolas estaduais entre as melhores do País, como a Francisco Sá e a Dom João Antônio Pimenta.

Não podemos esquecer-nos do apoio dos Assessores e Diretores da Secretaria de Educação, como o conterrâneo João Filocre Saraiva, o Gilberto Resende, o Felipe Stábile, a Maria Eliana Novaes e a Sônia Andere, Andira e outros, que querem tão bem a Montes Claros.

Parceiro também é o Secretário de Saúde Marcus Pestana, que não tem medido esforços para atender às nossas reivindicações, que, diga-se de passagem, não são apenas de Montes Claros, mas de toda uma região que tem em nossa cidade a referência para atendimento médico. Dou destaque ao papel desempenhado por profissionais como o Secretário Adjunto Marcelo Gouvea; o Assessor Júlio César Vale; o Chefe de Gabinete Odilon Pereira, presente; o Superintendente de Gestão de Finanças Eustáquio Amaral; o Subsecretário de Vigilância Sanitária Felipe Caram; e o Presidente do Cosems de Minas Gerais, Dr. Souto Júnior, entre outros.

É essa equipe que tem conseguido implementar as ações do Pró-Hosp, que já viabilizou mais de R\$20.000.000,00 e tem possibilitado que alguns hospitais mantenham suas portas abertas, apesar da irrisória tabela do SUS, que, durante o Plano Real, teve aumento em torno de 37%, enquanto insumos como energia elétrica, comunicações e medicamentos subiram mais de 400%.

Essa distorção traz enormes dificuldades financeiras para quase todos os hospitais do País, que recebem, por procedimentos médicos que envolvem a vida humana, valores sempre inferiores aos custos. Por isso, aproveito a oportunidade da presença de tantas lideranças mineiras para pedir que todos se unam a fim de sensibilizar o governo federal visando à correção dessa tabela, que assegurará aos hospitais e médicos condições para a prestação de um serviço de melhor qualidade aos mais necessitados.

Apesar dessas dificuldades, um atendimento de qualidade vem sendo mantido com o apoio do governo de Minas, por meio de investimentos que asseguraram a construção de dois prontos-socorros, Aroldo Tourinho e o da Santa Casa, e a hemodiálise da Fundação Dílson de Quadros Godinho, bem como a construção do Centro Ambulatorial de Especialidades Médicas Tancredo Neves, do Hospital Universitário, a ser inaugurado em agosto pelo Governador Aécio Neves.

Esses melhoramentos, que permitem a Montes Claros apresentar hoje um quadro bem diverso do de anos atrás, são resultado não de atos isolados, mas de ação política madura dos poderes estadual e municipal. Sob a coordenação do Secretário Danilo de Castro, Estado e Prefeitura têm desenvolvido ações coordenadas, que trazem benefícios diretos ao nosso povo e modernizam a cidade, que chega aos 150 anos.

Temos, com certeza, um dos mais altos índices de saneamento urbano, com atendimento de qualidade nos serviços de água e esgoto, que chegam a mais de 90% de nossa população. Mas continuamos trabalhando em busca de melhorias das condições atuais e na preparação da estrutura de uma cidade que apresenta índices impressionantes de crescimento.

A Copasa realiza, atualmente, um dos maiores investimentos de sua história numa cidade do interior, ressaltando as competentes figuras do Presidente e amigo de Montes Claros, Márcio Nunes; do Diretor de Operação Norte, Márcio Kangussu; do Diretor de Meio Ambiente e Novos Negócios, Carlos Gonçalves, de Montes Claros; e também do amigo e companheiro de partido do Prefeito de Montes Claros, Diretor de Operação da Área Metropolitana, Juarez Amorim. Em parceria com o Município, constrói a estação de tratamento de esgotos da cidade e amplia a rede de captação com mais de R\$140.000.000,00, com excelência na obra, feita por empresa montes-clarenses, como a Cowan, do amigo Saulo Wanderley.

O crônico problema da segurança pública em nossa cidade vem sendo enfrentado com energia. A Polícia Militar, com o Cel. Hely José Gonçalves, Comandante da 3ª RPM, e o Maj. Franklin de Paula Silveira, Comandante do 10º BPM, tem-se destacado em ações repressivas e preventivas de combate à criminalidade, num esforço integrado com a Polícia Civil, tão bem gerida pelo seu coordenador regional, o Bel. Aluizio Mesquita.

Para enfrentar o desafio de se fazer uma cidade mais segura, aos esforços dos policiais da ativa soma-se o apoio dos que hoje compõem a União dos Militares Aposentados, tão bem comandada pelo Cel. Zéder do Patrocínio.

Para o suporte à ação dos policiais, o governo de Minas e a nossa Prefeitura de Montes Claros realizam investimentos maciços, que resultaram na implantação do Centro de Internação do Adolescente - CIA -, na construção de uma nova cadeia pública, na compra de viaturas, armamentos e, principalmente, no aumento do efetivo policial.

A forte presença do governo do Estado, em parceria com a Prefeitura, beneficia também a área rural, através da Emater, hoje presidida pelo Dr. José Silva Soares, profissional de alta sensibilidade que colocou a empresa como a melhor empresa de extensão rural do Brasil trabalhando em projetos, como o Pronaf, que geram emprego e renda na nossa área rural. Estamos, enfim, enfrentando nossos problemas, não com soluções paliativas que atendam vontades pessoais de eventuais dirigentes ou grupos de poder.

A cidade tem atraído empresas que estão reformulando o parque industrial e de serviços, como a Novo Nordisk, que investiu mais de US\$200.000.000,00 há pouco tempo e já começou a sua outra fase, e a Hipolabor, além da usina de biodiesel, que poderá fazer com que Montes Claros consiga uma das melhores colocações no "ranking" da arrecadação de impostos no Estado. A usina que está sendo construída, de R\$75.000.000,00, é considerada a redenção do semi-árido e integra a quarta fase de desenvolvimento do Município, sendo a primeira a chegada da Rede Ferroviária Federal, seguida da segunda, que consistiu nos incentivos trazidos à industrialização pela Sudene e, mais recentemente, a terceira foi a estadualização da Unimontes. Completamos agora a quarta fase, com a usina de biodiesel.

A visão política e administrativa do Governador Aécio Neves, juntamente com nosso Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia, está assegurando à nossa cidade investimentos necessários ao seu crescimento, como os já mencionados R\$140.000.000,00 da Copasa e Prefeitura destinados ao saneamento básico; R\$6.000.000,00 para a construção de nova cadeia pública, a fim de diminuir o problema da violência; R\$7.000.000,00 para a construção da Av. Magalhães Pinto, que começou esta semana; e vários outros recursos buscados junto ao governo federal pelo Prefeito Athos Avelino, que está construindo drenagens, avenidas e muitas outras obras. Com o apoio de nossa bancada federal - Deputados Humberto Souto, Reginaldo Lopes, Fernando Diniz, Márcio Reinaldo e outros - estará agora implantando o Cefet também em Montes Claros.

Essa cidade vem sendo construída com a parceria do povo, de clubes de serviços, como o Rotary e o Lions, das maçonarias, das igrejas e também dos seus políticos, Prefeitos importantes que já não estão conosco, como Alfeu Gonçalves de Quadros, Simeão Ribeiro Pires, Antônio Lafeté Rebello e Mário Ribeiro Silveira. Atualmente, é dirigida pelo médico sério, humanista, diligente, honesto, Athos Avelino, que vem conseguindo alavancar parcerias importantes para nossa cidade com o governo federal, sempre intermediadas pelo amigo de Montes Claros Walfrido dos Mares Guia, e, principalmente, com o governo estadual, com o grande Governador Aécio Neves, sempre conseguindo grande melhoria da qualidade de vida da nossa gente. A Câmara Municipal, por meio dos Vereadores do passado e do presente, hoje tão bem presidida pelo companheiro Coriolando, tem sido também uma parceira incontestável, das mais importantes.

Não podemos esquecer-nos de quem, pelo seu trabalho e pela capacidade de comunicação, faz de Montes Claros uma cidade conhecida em todo o Brasil e também no exterior: são jornalistas, como o Diretor da revista "Encontro", Paulo César de Oliveira, Carlos Lindemberg, Felipe Gabrich, Hélio Machado, Valdemar Soares, Manoel Higino, Adriano Souto, Reginauro Silva, Luiz Ribeiro e tantos outros profissionais respeitados, que fazem do jornalismo um sacerdócio, sem, no entanto, esquecer-se de suas origens.

Mas ainda temos muito o que superar. Resta, porém, a certeza de que já não estamos sós. Temos parceiros em nossos sonhos, que começaram com a Lei nº 802, de 1857, que nos tornou, legalmente, cidade.

Hoje contamos com a presença de todos vocês, nossos companheiros Deputados, principalmente os que formam a bancada do Norte. Estamos aprendendo essas lições que o Governador Aécio Neves nos ensina com tanta maestria em suas parcerias de sucesso, principalmente com o Prefeito de Montes Claros e com o povo de nossa cidade. A bancada do Norte de Minas tem-se postado unida. A exemplo disso, estamos aqui com os Deputados Gil Pereira, Carlos Pimenta, Luiz Tadeu Leite, Ruy Muniz e Ana Maria Resende - que não pôde estar presente -, além do Deputado Paulo Guedes e da Secretária e Deputada Elbe Brandão. Temos afastado as possíveis divergências políticas que devem acontecer em uma época de eleição para trabalharmos unidos a fim de que todos consigamos fazer com que a cidade de Montes Claros seja cada dia mais importante para o nosso Estado e o Brasil. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

O locutor - O Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa, e o Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, farão a entrega ao Sr. Athos Avelino, Prefeito de Montes Claros, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Entre montes de xisto calcário com pouca vegetação, surgiu, no sertão mineiro, em 1768, o Arraial das Formigas. Em 1831, o arraial foi elevado a Vila de Montes Claros de Formigas, passando a cidade de Montes Claros em 1857. Jóia incrustada no Norte do Estado, Montes Claros desenvolveu-se primeiramente com a chegada da Rede Ferroviária Federal, depois com a chegada da Sudene e, mais recentemente, com a estadualização da Unimontes, uma das melhores universidades do País. Hoje seu crescimento está associado ao biodiesel, promessa de progresso para o semi-árido e de preservação para o meio ambiente. A homenagem do Parlamento mineiro a essa cidade que muito orgulha nossa gente pelos seus 150 anos."

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Prefeito Athos Avelino

Boa-noite a todos. Na pessoa do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao qual agradecemos a deferência especial em presidir esta solenidade, saúdo: Eduardo Azeredo, Senador da República, que também nos honra e qualifica esta reunião; Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão, representando o Governador Aécio Neves; Prof. Paulo César, timoneiro da Unimontes, nossa principal parceira; Cel. Araújo, nosso conterrâneo montes-clarenses e Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, representando o Gen. Oliveira, Comandante da 4ª Região Militar do Exército Brasileiro; Vereador Cori Ribeiro, Presidente da Câmara, demais Vereadores presentes; Vice-Presidente Guila Ramos; Márcio Nunes, Presidente da Copasa; ilustre representante do Prefeito Fernando Pimentel, Deputado Federal Mário Assad Júnior, de quem tive o privilégio de ser colega na Câmara Federal; companheiro e amigo Carlos Lindemberg, grande jornalista e ilustre conterrâneo; Pe. Silvestre, representando D. José Alberto, querido Arcebispo Metropolitano de Montes Claros; querido Deputado Arlen Santiago, ilustre autor do requerimento; Deputados Carlos Pimenta, Gil Pereira, Luiz Tadeu Leite, Ruy Muniz e demais Deputados que ilustram e engrandecem esta reunião; Deputados Federais Humberto Souto e Genival Tourinho; ilustre Deputado Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Prof. João Filocre, Secretário Adjunto de Educação; Walmir Moraes, Presidente da Amans e Prefeito de Patis; Paulo Elisiário, Presidente do PPS, em cuja pessoa saúdo os demais partidos políticos presentes; dirigentes de diversas entidades de classe; empresários, empresárias; imprensa; Paulo César de Oliveira; companheiros da administração municipal; companheiros de trabalho; queridos conterrâneos; amigas e amigos.

Impossível falar em Montes Claros sem exaltar os grandes homens e mulheres que construíram, protagonizaram, enredaram e escreveram a sua história, que ergueram suas obras, que a edificaram, formaram a base sólida desse futuro promissor.

Homens e mulheres que nos provocam veneração, diante dos quais nos quedamos reverentes como às belezas do universo: a exuberância da cachoeira, a solidez portenta e vigorosa da montanha e a sutileza da lua de outono a tornar mais claros os montes do Norte.

Parodiando o pensador e filósofo Will Durant, podemos afirmar que muitos de nós não passamos de promissores talentos e que devemos apenas curvar-nos à memória dos verdadeiros construtores da história e fatores do progresso.

A verdadeira história de Montes Claros não se limita às trilhas, aos trilhos ou aos asfaltos, às eleições e muito menos às querelas; nem ao seu crescimento nem à frieza dos números, mas, sobretudo, às duradouras contribuições de valorosos personagens para a soma da civilização e da cultura dos sertões e das veredas.

A história é palco da peleja entre ideários sonhadores contra a indiferença da matéria e dos mistérios do espírito; da luta para desbravar, dominar, construir, fazer e preparar o futuro que vivemos e o futuro que plantamos - homens e mulheres que, da pedra bruta, das areias e dos montes claros, esculpiram formas que enobrecem e moldam os norte-mineiros em exemplos de grandeza, honra, nobreza, caráter, força de vontade, dignidade e sabedoria, fecundos qualitativos que permitem à sesquicentenária Montes Claros viver e sonhar, sonhar com vidas mais altas. Permitem poetar, cantar, pintar, tocar, trovar, ensinar, criar, politizar, desbravar o mundo, dar exemplo; aliás, a dar exemplo como nesta solene reunião de montes-clarenses - montes-clarenses por certidão, opção e admiração, todos de coração -; a dar exemplo pelos seus homens públicos, nesta Casa do povo e para o povo, onde se adota a posição das idéias, e não as idéias da posição, primário de outro grande mineiro construtor de idéias e escultor de ideais: Milton Campos.

Aos membros desta Casa, aos legítimos representantes do Norte de Minas, de Montes Claros e, em especial, ao ilustre Deputado Arlen Santiago, autor da proposta para este histórico encontro, com o apoio de seus pares, o mais profundo e sincero agradecimento de Montes Claros, de sua gente do ontem e do hoje.

Reverenciar, comemorar e festejar os 150 anos de Montes Claros é contemplar seus construtores, aquecer nas mais profundas e ardentes flamas de seus idealizadores e reconquistar o êxtase da vida dos que já se foram e tão ricos tesouros nos legaram; tesouros como homens e mulheres que desta tribuna ajudam a escrever uma nova história para Montes Claros - dignas mulheres, honrosos homens, sapientes representantes de nossa terra.

Homens e mulheres conscientes de que a cadeira não faz o parlamentar - aliás, nunca o fez -, mas, sim, caracteriza, evidencia, distingue, entre todos, lembra a responsabilidade da missão, a altura do entendimento ético e o peso da tradição duas vezes secular. É como a farda, a bandeira, o símbolo, os sinais exteriores de uma força e de uma cultura históricas, sistemáticas num plano uniforme de ação comum. Para o bem comum!

Exmo. Presidente Alberto Pinto Coelho, membros da Mesa, Deputados, senhoras e senhores, hoje é o Dia de Minas; hoje é o dia de todos nós, mineiros, tempo de, mais do que nunca, reverenciarmos o passado, prestarmos honras à história, enaltecermos a Justiça! Com justiça, simbolicamente Mariana é a Capital do Estado, ato de respeito.

Todavia, hoje também é dia dos filhos de Matias Cardoso, dos norte-mineiros que reconhecem e valorizam o papel de Mariana, mas têm auto-estima, querem e lutam para que a nossa região também tenha a parte que lhe cabe nesta história.

O Movimento Catrumano, pela proposta de emenda à Constituição em trâmite nesta Casa, reivindica a instituição do Dia dos Geraes. Defende a equidade, a valorização da figura histórica de Matias Cardoso, do papel fundamental do Norte de Minas na constituição do Estado. Prega a justiça.

A proposta de emenda à Constituição, senhoras e senhores, reedita o Dia de Minas, mantendo as comemorações em Mariana neste 16 de julho, acrescentando uma nova data, em dezembro, para a também justa reverência aos Geraes, à sua história, à sua gente.

Em Montes Claros, uma nova história já começou. Vamos, juntos, escrever a nova história de Minas Gerais. História que faça valer a justiça e que una definitivamente as Minas e os Geraes.

E é este o presente que Montes Claros, Sr. Presidente, síntese do Sertão dos Geraes, tanto deseja e espera desta Casa das Minas e dos Geraes.

Sr. Presidente, Deputados, senhoras e senhores, mais uma vez agradeço a V. Exas. a homenagem, a deferência e ratifico a alegria e o prazer deste encontro, pois estar nesta Casa é fazer história. É reviver grandes acontecimentos, é respirar justiça, é penetrar nos mais profundos sentimentos de mineiridade, de norte-mineiro, de montes-clarense. É abrir o grande livro dos mineiros e encontrar, em cada referência a Montes Claros, em cada biografia da sesquicentenária história, exemplos que reacendem as velas da esperança, apelo constante ao "abre-te, Sésamo!" para os Campos Elísios de um futuro ainda melhor, promissor e mais justo. Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo. No decorrer da exibição do vídeo, o Prefeito Athos Avelino procede a entrega de presente ao Sr. Presidente e à Secretária Renata Vilhena

#### Palavras do Reitor Paulo César Gonçalves de Almeida

Estimado Presidente da Assembléia Legislativa, caríssimo amigo Deputado Alberto Pinto Coelho Júnior; estimado amigo Senador Eduardo Azeredo; estimada Secretária de Planejamento e Gestão, Dra. Renata Maria Paes de Vilhena, aqui representando o Governador Aécio Neves, ela que é madrinha da Unimontes; caríssimo conterrâneo Cel. Mário Araújo, que aqui representa o Exército Brasileiro; estimado amigo e professor da Unimontes, emprestado ao Município de Montes Claros, Athos Avelino; caríssimo Secretário Municipal de Assuntos Institucionais Mário Assad Júnior, que aqui representa o Prefeito Fernando Pimentel; estimado Presidente da Câmara de Montes Claros, Vereador Cori Ribeiro; estimado amigo e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, Deputado Arlen Santiago; estimado Presidente da Copasa, Dr. Márcio Nunes; caríssimo amigo jornalista Carlos Lindemberg; estimado Pe. Silvestre, que aqui representa D. José Alberto Moura, Arcebispo Metropolitano de Montes Claros; estimados Deputados; estimadas autoridades; amigos e amigas de Montes Claros e da Unimontes aqui presentes.

Não poderíamos deixar de nos manifestar, ainda que brevemente, e dizer da honra e do orgulho de a Unimontes de ter Montes Claros como sua sede. Mais que orgulho, a certeza de que temos muito a ver com a história desses 150 anos, na formação da cultura, da economia, da política, do desenvolvimento dessa cidade. Uma cidade, hoje sim, universitária, com quase 20 mil alunos matriculados, dos quais 6 mil na Unimontes. Em Montes Claros temos a maior parte dos colaboradores da Unimontes, que tem o nome dessa cidade com muito orgulho, e hoje já extrapola o Norte, chegando ao Vale do Jequitinhonha, ao Mucuri, ao Noroeste e à região central. Unimontes que não é mais só nem dos montes, nem dos claros, mas das Minas e também dos Gerais. Tenho a honra de ter sucedido pessoas tão ilustres, que contribuíram com a história dos nossos Montes Claros, a partir de João Valle Maurício, Raimundo Poincaré Deusdará, Fernando Dias Costa, Raimundo Avelar, José Geraldo Drumond. É importante, sim, dizer que nós, da Unimontes, também neste ano comemoramos 45 anos de história, história que, na verdade, começou nesta Casa, a partir da Lei nº 2.615, de 14/5/62, de autoria de um Deputado norte-mineiro, bociuvense, jurista dos mais respeitados, Cícero Drumond. Unimontes que se orgulha de ter Deputados que hoje abrilhantam e são destaques do Parlamento mineiro e que dela são egressos. Citamos aqui, de memória - espero que ela não falhe -, o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente desta Casa, médico egresso da Unimontes; Deputado Ruy Muniz, médico egresso da Unimontes; Deputado Carlos Pimenta, médico egresso da Unimontes; Deputado Luiz Tadeu Leite, que lá fez Direito; Deputada Ana Maria Resende, que fez Pedagogia; Deputada Elbe Brandão, que além de aluna é também professora, hoje emprestada ao governo de Minas; e o Deputado Arlen Santiago, que tem dois cursos - Direito e Medicina - e só não completou o terceiro, de Ciências Sociais. Esses destaques, sem contar a magistratura - e aqui vemos pessoas que lá foram destaques e que hoje são destaques em todo o Brasil -, nos fazem orgulhosos dessa universidade, que é a segunda melhor avaliada no Brasil nem por isso dorme em berço esplêndido, sabendo que há muito ainda por se construir, há muito o que ser feito. Estamos fazendo, sim, com o apoio do Governador Aécio Neves. Estamos também construindo um novo tempo na educação superior pública em Minas Gerais, a partir da capital do sertão, a partir da capital dos Gerais, que é Montes Claros. Parabéns a nós, montesclarenses; a nós, que estamos construindo uma universidade que é, de fato, orgulho para todos. Queremos mais uma vez saudar a Casa do povo mineiro, que tem ajudado a nossa universidade e Montes Claros a construir bons e venturosos tempos. Muito obrigado a todos e a todas.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a canção "Amo-te muito", de João Chaves, que será apresentada por Regina Coelho, com o acompanhamento de Maria Sílvia Tonelli, e logo após a Orquestra de Rabecas do Sertão, que apresentará as músicas "Xô, meu sabiá", "Soldado não manda fogo", "Cecília, meu bem" e "O sol e a lua".

- Procede-se à apresentação musical.

#### Palavras do Sr. Presidente

Importante cidade de Minas, que abriga a segunda melhor universidade do País, Montes Claros, a metrópole de todo o Norte de Minas, dispõe de inúmeros motivos para comemorar seus 150 anos de emancipação política. Com um passado de ricas e únicas tradições, um presente de pujante desenvolvimento e um futuro que já se anuncia, consolida seu importante papel no Estado, na região e no País. Terra do pequi e da carne-de-sol, que cultiva o folclore e a música popular ao mesmo tempo que a música clássica, mostrando-se um grande centro médico, de serviços, de indústrias e negócios agropecuários, sua história remonta, na verdade, ao século XVIII. Tudo começou com um bandeirante,

Antônio Gonçalves Figueira, que transformou uma sesmaria na Fazenda Montes Claros. Logo depois, os currais de gado ajudavam a povoar a região e a abastecer com sua carne a alimentação das Minas, durante o Ciclo do Ouro. Vêm dessa época o futuro nome da cidade e sua permanente vocação para a pecuária. Mas, antes, foi um povoado e um arraial, com o nome de Montes Claros das Formigas, elevado a vila em 1831 e, finalmente, a cidade. No século XX, a Estrada de Ferro Central do Brasil chegava a Montes Claros, poucos anos depois da luz elétrica. A cidade passou a ficar mais perto do mundo, comunicando-se melhor e mais rapidamente com a Capital e o resto do Brasil. Criavam-se mais oportunidades de crescimento. Com a Sudene, foi despertada uma nova vocação: a indústria. O transporte rodoviário sucede ao ferroviário, e inaugura-se o aeroporto, atendido hoje por linhas aéreas regulares. Cidade universitária e prestadora de serviços, referência no setor de saúde, conta com diversas instituições de ensino, destacando-se a Unimontes, freqüentada predominantemente por alunos da região. O mais importante é que 80% dos formandos permanecem no Norte do Estado, trabalhando e impulsionando seu desenvolvimento. A vida cultural mostra uma animação ímpar, com grandes eventos, entre eles as festas de agosto, dos Catopês, dos Caboclinhos e da Marujada. Por outro lado, abriga o Conservatório Lorenzo Fernandez, grande destaque no ensino musical, e o grupo Banzé, freqüentemente exibindo pelo exterior o canto e a dança do Norte de Minas. Pólo cultural, alimentando todas as artes, Montes Claros deu ao País os talentos de Cyro dos Anjos, Darcy Ribeiro, Yara Tupinambá, Beto Guedes, Tino Gomes, Mestre Zanza, Mestre Nenzinho, Marina Silva, Zezé Colares, Zé Coco do Riachão, Konstantin Christoff, Pedro Santos, Toninho Rebello e João Chaves, entre tantos outros. Metrópole orgulhosa do sertão, segue dando exemplo ao Brasil com as obras de saneamento da Copasa que, em breve tempo, resultarão na importante marca de 100% dos esgotos tratados. O desenvolvimento sustentável pela tecnologia aliada ao agronegócio torna-se um passaporte para o futuro da cidade, com a criação, em curso, do novo parque tecnológico. Novos capítulos desta história de sucesso irão somar-se a este século e meio de um Município cheio de oportunidades, capaz de oferecer a seus cidadãos modernidade e diversidade, sem se descuidar de uma belíssima tradição. A todos os montes-clarenses aqui presentes, aos seus líderes municipais e especialmente à grande e atuante bancada montes-clarenses desta Casa, a nossa homenagem. Parabéns, Montes Claros! Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 17/7/2007.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/7/2007

#### Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questões de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 457/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 566/2007; aprovação com as Emendas nºs 1 e 3; prejudicialidade da Emenda nº 2 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 708/2007; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 752/2007; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.221/2007; aprovação - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 11, 41, 76, 153, 172, 328 e 1.337/2007, apreciados na reunião ordinária realizada hoje, à tarde, e os Projetos de Lei nºs 1.016 e 1.182/2007, que, na referida reunião, receberam emendas e retornaram, respectivamente, às Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira para parecer.

#### Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007 seja apreciada em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 457/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que cria a Notificação Compulsória da Violência contra o Idoso e a Comissão de Monitoramento da Violência contra o Idoso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 457/2007 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão do Trabalho.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 566/2007, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a política estadual de estímulo à construção de barragens e de desenvolvimento econômico das regiões dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e Norte de Minas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, da Comissão de Meio Ambiente, e pela rejeição da Emenda nº 2, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Emenda nº 3, fica prejudicada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 566/2007 com as Emendas nºs 1 e 3. À Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 708/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo às Culturas da Floricultura e Horticultura e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 708/2007 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 752/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o art. 1º da Lei nº 13.457, de 12/1/2000, que dispõe sobre a pensão por morte de contribuinte obrigatório da Caixa Beneficente dos ex-Guardas Civis e Fiscais de Trânsito - CBGC. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 752/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.221/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Vicente de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 18, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/7/2007

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Getúlio Neiva; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 11/2007; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 41/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 386/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 635/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 670/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.070/2007; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação das emendas e das subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 7, 21 a 24, 30, 40, 48, 81, 118, 119, 123 a 129, 132, 137 a 139, 141, 159, 162, 163, 174, 188, 201 e 202; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição - Questão de ordem; homenagem póstuma - Declaração de voto - Questões de ordem - Chamada para verificação de quórum; existência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação; declaração de voto - Questão de ordem - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 11, 41, 76, 153, 172, 328, 386, 635, 670, 1.337 e 1.070/2007; aprovação - Questões de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Getúlio Neiva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 457, 566, 708, 752 e 1.221/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Getúlio Neiva solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.070/2007 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas o há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 11/2007, do Governador do Estado, que altera o § 3º do art. 16-B da Lei nº 7.772, de 8/9/80, que dispõe sobre a proteção, a conservação e a melhoria do meio ambiente. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

### EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 11/2007

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - O art. 14 da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 - A aplicação de equipamento de controle da poluição, o tratamento de efluente industrial ou de qualquer tipo de material poluente despejado ou lançado, a adoção de medidas que produzam a redução dos gases de efeito estufa e a conservação de recursos naturais constituem fatores relevantes a serem considerados pelo governo do Estado na concessão de estímulos em forma de financiamento, incentivo fiscal e ajuda técnica.".

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2007.

Agostinho Patrús Filho

Justificação: A emenda ora apresentada visa a incluir na norma em vigor desde 1980, como fator relevante para o balizamento das ações do governo estadual, a execução de ações que produzam a redução do efeito estufa. Trata-se de uma adequação do texto legal às mudanças sociais e tecnológicas havidas em nossos dias, pois a questão do aquecimento global, hoje premente, não se inseria entre as preocupações dos legisladores naquela data. A emenda apresentada, de natureza principiológica, não gera aumento de despesas no projeto do Governador do Estado nem exige alterações na estrutura administrativa, não invadindo a esfera da iniciativa privativa do titular do Poder Executivo. Assim, solicitamos o apoio dos nossos ilustres pares à sua aprovação.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado Agostinho Patrús Filho, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida à votação independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 11/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 41/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica com o América Futebol Clube. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 41/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 386/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar o terreno que especifica à Associação Comunitária Vida e Trabalho, no Município de Peçanha. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do

projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 386/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 635/2007, dos Deputados Weliton Prado e Vanderlei Jangrossi, que dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes que alertem sobre o uso de drogas em boates e casas noturnas. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 635/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 670/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que altera a Lei nº 13.408, de 21/12/99, que dispõe sobre a denominação de próprio público do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 670/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.070/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 12, 131, 136, 158, 171 e 208 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 7, 21 a 23, 48, 81, 118, 125 a 129, 138, 139, 159, 162, 163, 201 e 202; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 6, 8 a 11, 13 a 20, 25 a 29, 31 a 39, 41 a 47, 49 a 80, 82 a 117, 120 a 122, 130, 133 a 135, 140, 142 a 157, 160, 161, 164 a 170, 172, 173, 175 a 187, 189 a 200 e 203 a 207, ficando prejudicadas as emendas que receberam subemendas e as Emendas nºs 24, 30, 40, 119, 123, 124, 132, 137, 141, 174 e 188. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 12, 131, 136, 158, 171 e 208 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 7, 21 a 23, 48, 81, 118, 125 a 129, 138, 139, 159, 162, 163, 201 e 202. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das Emendas nºs 12, 131, 136, 158, 171 e 208 e das subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 7, 21 a 23, 48, 81, 118, 125 a 129, 138, 139, 159, 162, 163, 201 e 202, ficam prejudicadas as Emendas nºs 7, 21 a 24, 30, 40, 48, 81, 118, 119, 123 a 129, 132, 137 a 139, 141, 159, 162, 163, 174, 188, 201 e 202. Em votação, as Emendas nºs 1 a 6, 8 a 11, 13 a 20, 25 a 29, 31 a 39, 41 a 47, 49 a 80, 82 a 117, 120 a 122, 130, 133 a 135, 140, 142 a 157, 160, 161, 164 a 170, 172, 173, 175 a 187, 189 a 200 e 203 a 207. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.070/2007 com as Emendas nºs 12, 131, 136, 158, 171 e 208 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 7, 21 a 23, 48, 81, 118, 125 a 129, 138, 139, 159, 162, 163, 201 e 202. À Comissão de Redação.

#### Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, gostaria de propor a V. Exa. que, no meio desta tão importante reunião, fizéssemos um minuto de silêncio em memória das vítimas da tragédia que consternou todo o País, a maior tragédia aérea da nossa história, e em solidariedade a seus familiares. Gostaria que guardássemos esse minuto de silêncio e orássemos em favor das famílias que perderam seus entes queridos, entre os quais se inclui um parlamentar.

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Vanderlei Miranda, solicita a todos um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do desastre aéreo ocorrido em São Paulo, na noite de ontem.

- Procede-se a homenagem póstuma.

#### Declaração de Voto

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, também quero deixar, em nome do PT, a nossa solidariedade às famílias das pessoas que perderam a vida nesse acidente. Quero ainda registrar o nosso voto favorável ao projeto da LDO. Como membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, participei ontem de um bom debate. O relator, Deputado Sebastião Helvécio, escolheu uma nova metodologia de discussão em relação à LDO. No nosso entendimento, seria mais correto e melhor para o planejamento das políticas públicas e para priorizar as metas de Minas Gerais começarmos a debater o PPAG, que é para quatro anos, depois a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, em seguida, a Lei Orçamentária. No nosso entendimento, nessa ordem, teríamos com clareza as definições gerais de planejamento, a quantificação e as metas orçamentárias. Votamos a LDO, e, de acordo com o nosso ponto de vista, ela não ficará completa, porque o PPAG ainda entrará em discussão no segundo semestre. Depois, será votada a Lei Orçamentária. As Bancadas do PT e do PCdoB apresentaram aproximadamente 160 emendas, fruto de trabalho, de estudo e de relacionamento com os movimentos sociais, principalmente por meio da Comissão de Participação Popular, cujo Presidente é o Deputado André Quintão. Enfim, foram estudados os vários temas afetos à sociedade, para que a LDO refletisse o rosto do povo de Minas Gerais e para que as diretrizes pudessem efetivamente corresponder, em termos orçamentários, às políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, de educação, de assistência e de inclusão social, de geração de emprego e de segurança, a fim de proporcionarmos o desenvolvimento a Minas Gerais, como acontece atualmente no Brasil, onde, somente neste primeiro semestre, um milhão de empregos foram gerados, com carteira assinada. E esse número poderá dobrar até o final do ano, demonstrando que o Brasil entrou nos trilhos do desenvolvimento e poderá crescer além dos 4,5%.

Minas Gerais também caminha em direção ao crescimento e desenvolvimento, quebrando recordes na geração de empregos. Desde 1992 não conseguíamos atingir o número alcançado neste primeiro semestre, que foi de 186 mil novos empregos. A LDO também apresenta diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a inclusão social no Estado.

A nossa Bancada estudou e aperfeiçoou a legislação com várias emendas. Compreendemos a dinâmica e a metodologia adotada pelo relator ao deixar que a maioria delas seja apreciada em um segundo momento, no PPAG. Registro a emenda do Deputado Paulo Guedes relativa à contrapartida dos Municípios. Pede-se a redução dessa contrapartida no que diz respeito aos projetos e convênios firmados pelos governos federal e estadual, para que os Municípios, principalmente os com IDH abaixo de 0,7, possam efetivamente ter condições de captar recursos e também de realizar as suas obras. Os Municípios mais pobres de Minas Gerais poderiam contribuir com uma contrapartida de até 5%, a exemplo do que fez o governo federal na atual LDO. Os recursos do PAC terão um percentual de contrapartida que varia de 0,1% a 20%, por parte dos Municípios do Brasil e de Minas Gerais.

Parabenizo a Comissão, a relatoria e principalmente a nossa Bancada, que se esforçou, refletindo o pensamento da sociedade e dos movimentos sociais organizados, para aperfeiçoar a LDO e contribuir com metas e diretrizes, priorizando as políticas públicas que proporcionam um avanço a Minas Gerais, seguindo a linha da inclusão social e do desenvolvimento. A LDO foi aperfeiçoada para ter o rosto do nosso Estado e, principalmente, promover a inclusão dos mais pobres em um processo de transformação social.

#### Questões de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, neste momento, eu e o Deputado Luiz Tadeu Leite tivemos conhecimento de que, nessa tragédia ocorrida em São Paulo envolvendo um avião da TAM, no Aeroporto de Congonhas, estavam a bordo dois ilustres montes-clarenses, que vinham realizando um grande trabalho - um deles é o Dr. Fábio -, ambos ligados ao Grupo Coteminas-Cotenor, do Vice-Presidente da República, José Alencar. Essas pessoas têm tradição em nossa cidade. Ficamos muito tristes, não apenas por esses dois montes-clarenses, mas também pelas outras quase 180 vítimas do trágico acidente ocorrido ontem, no Aeroporto de Congonhas. Sr. Presidente, além do minuto de silêncio que fizemos nesse momento de dor e de havermos registrado, com tristeza, a presença dessas duas ilustres figuras montes-clarenses no voo, é importante também que chamemos a atenção do Poder Legislativo de Minas Gerais para o que está ocorrendo no sistema viário brasileiro. Temos aí a CPI do Apagão, e, pela televisão, acompanhamos um verdadeiro jogo de empurra-empurra, em que se coloca a culpa nas aeronaves, nos pilotos, no sistema dos aeroportos brasileiros, nos controladores de voo. A verdade, no entanto, é que o povo brasileiro se encontra absolutamente à mercê da sorte. O governo, em posição firme, tem de esclarecer toda essa situação à sociedade. A propósito, é importante que o governo mineiro aja firmemente com relação ao Aeroporto da Pampulha, que não comporta mais o tráfego de aeronaves grandes, o que ainda está acontecendo. Está correto o Governador Aécio Neves ao transferir para o Aeroporto de Confins toda aquela estrutura. A princípio, houve reações. O Aeroporto da Pampulha é adequado apenas para aeronaves pequenas e de médio porte; jamais para grandes aeronaves. Neste momento, manifestamos nosso pesar, nossa dor, nosso sentimento pela perda dos dois montes-clarenses e dos outros 180 brasileiros mortos no trágico acidente de ontem. Rezamos a Deus para que o governo encontre logo uma solução para o problema. Não é possível conviver, todos os anos, com acidentes dessa proporção. No ano passado, foi uma aeronave da Gol e, agora, uma da TAM que se acidentou. Os brasileiros que utilizam o transporte aeroviário precisam de segurança. Neste momento, demonstramos não apenas nossa dor, mas também nossa revolta pela morosidade e pela incompetência de tantas pessoas que não têm dado segurança a milhões de brasileiros que voam todos os anos no País. Queremos que o governo brasileiro, de maneira especial - ainda há tempo -, dê atenção ao Aeroporto da Pampulha, que não se presta mais ao movimento que vem tendo nos dias de hoje. Ainda há tempo. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Quero secundar o pronunciamento que acaba de fazer o Deputado Carlos Pimenta e transformar em protesto o registro que ora fazemos sobre esse trágico acidente aéreo ocorrido em São Paulo, em que estavam o Dr. Fábio Vieira Marques, executivo da Coteminas, e Robespierre, filho de outro executivo, o Dr. Pedro. Esses dois empresários, da nossa mais alta conta e que ajudaram nossa cidade a crescer, foram vítimas desse gravíssimo e maior acidente aéreo da história brasileira. Transformamos o registro em protesto e esperamos que o protesto se transforme em ação, para que possamos ter mais segurança e maiores condições de tráfego nos aeroportos brasileiros. Peço que conste em ata voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Fábio Vieira Marques e do Sr. Robespierre, ambos da comunidade de Montes Claros, vítimas do avião sinistrado ontem, no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Faço minhas as palavras do Deputado Carlos Pimenta e estendo o sentimento de toda a população de Montes Claros e do Norte de Minas.

O Deputado Carlos Mosconi - Já me referi a esse trágico acidente ocorrido em São Paulo na noite de ontem com o avião da TAM, que abalou o nosso país, em que foram vitimadas mais de 200 pessoas infelizmente. Queria, especificamente, manifestar o meu pesar pela morte do Deputado Federal Júlio Redecker, do Rio Grande do Sul, meu colega na Câmara por vários anos, do PSDB, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados. Vários companheiros do partido e outros Deputados me pediram para fazer essa manifestação de pesar e solidariedade à família do Deputado Júlio Redecker. Gostaria ainda de dizer que, felizmente, Minas Gerais tem dado demonstração de competência. O que muitos não acreditavam ser possível, viável, útil foi realizado em Belo Horizonte: a retirada do tráfego pesado do Aeroporto da Pampulha. Guardadas as devidas proporções, Pampulha e Confins são para Belo Horizonte o que é Congonhas e Guarulhos para São Paulo. Mas São Paulo não consegue retirar o movimento pesado de Congonhas. Por isso, ocorreram dois gravíssimos acidentes. Felizmente em Belo Horizonte conseguiu-se fazer essa mudança tão benéfica ao nosso povo. Espero que isso sirva de lição e que acidente trágico como esse, que simboliza de certa forma a responsabilidade das autoridades do Brasil, não mais ocorra. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para verificação de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Getúlio Neiva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 51 Deputados, número suficiente para votação de proposta de emenda à Constituição.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007, do Deputado Doutor Viana e outros, que acrescenta parágrafos ao inciso VI do art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, em conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita que as Deputadas e os Deputados ocupem seus lugares. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - André Quintão - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dinis Pinheiro - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 51 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão Especial.

#### Declaração de Voto

O Deputado André Quintão - Inicialmente, cumprimento o Deputado Doutor Viana pela aprovação desta importante PEC. Na verdade a declaração de voto se refere à LDO. Não o fiz anteriormente, para que fosse agilizada a votação da PEC. Sr. Presidente, faço coro com a nossa Líder, Deputada Elisa Costa, ressaltando a importância do conjunto de emendas apresentadas à LDO, mas que não foram a ela incorporadas por uma opção de método do relator e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, uma vez que analisaremos, no segundo semestre, o PPAG, e, portanto, analisaremos os projetos estruturadores, as metas finalísticas. Entendemos o posicionamento do relator, o nobre Deputado Sebastião Helvécio, mas reiteramos que são emendas muito importantes - apresentadas por vários parlamentares - para as áreas da criança, da assistência, da agricultura familiar, da educação e da saúde. É muito importante o que estamos chamando de choque social, que será realizado no Estado de Minas Gerais, priorizando o acréscimo de investimentos exatamente onde a vida humana está sendo mais agredida, onde o ser humano precisa ser mais priorizado. Mas eu queria destacar também que, apesar desta opção, que, de maneira adequada, deixa para o segundo semestre o debate sobre as prioridades finalísticas, algumas emendas foram incorporadas e atendidas pelo relator Sebastião Helvécio, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e hoje foram aprovadas pelo Plenário.

Deputado Doutor Viana, Presidente desta reunião, gostaria de destacar três emendas apresentadas por mim, que foram aprovadas e que, portanto, hoje constam na LDO. A primeira delas diz respeito à impossibilidade de remanejamento de recurso de transferência da área da assistência social, caso ele não seja utilizado no final do ano, para qualquer outra área, ou seja, todo recurso de transferência do Sistema Único

de Assistência Social que o governo não executar durante o ano obrigatoriamente tem de ser executado no ano seguinte, com a mesma finalidade, impedindo que esse recurso não utilizado volte para o caixa único do Estado e, dessa maneira, seja reutilizado em outra política.

A segunda e a terceira emendas também dizem respeito a uma importante medida. Impedem o contingenciamento de recursos alocados no Fundo Estadual da Infância e da Adolescência e no Fundo Estadual da Assistência Social. Com a aprovação da LDO hoje, o governo estadual fica impedido de contingenciar, de cortar, de não executar, de remanejar recursos alocados no Fundo da Infância e da Adolescência e no Fundo Estadual da Assistência Social. Apresentamos essas emendas exatamente para garantir que o recurso da área da assistência e da criança não seja utilizado para outra destinação.

Por fim, Sr. Presidente, queria dizer que em agosto a Assembléia vai analisar o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, e três proposições foram apresentadas pela sociedade civil sob a forma de emenda popular. Uma estabelece a escola em tempo integral em Minas e coloca a erradicação do trabalho infantil como meta finalística. Outra prioriza a segurança alimentar e a assistência social na rede de serviços e outra fortalece a agricultura familiar em Minas Gerais. Esperamos que essas emendas também sejam aprovadas e sirvam como referência para o Plano Plurianual de Ação Governamental.

Desejo a todos um bom trabalho e parabênz o Deputado Doutor Viana pela aprovação de sua PEC.

#### Questão de Ordem

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de manifestar profundo pesar pela morte ontem, naquele trágico acidente aéreo em São Paulo, do nosso companheiro de Partido, Deputado Federal Júlio Redecker, do PSDB do Rio Grande do Sul e Líder da Minoria no Congresso Nacional. Tive oportunidade de ser Deputado Federal por dois mandatos e fui companheiro de bancada do Deputado Júlio Redecker. Sempre soube da sua luta, da sua garra, da sua determinação, da sua correção na condução de seu mandato e também da coisa pública. Júlio Redecker era um exemplo para todos nós de combatividade, de dedicação, de assiduidade, sempre presente nas comissões e no Plenário. Como bom gaúcho, era excelente orador e grande articulador político. Para nós, do PSDB, e para a política nacional, foi uma perda irreparável a do nosso companheiro Júlio Redecker. Gostaria de deixar registrado o pesar, porque, além de ser uma figura humana extraordinária, convivemos com o político, um homem de fé, de esperança, um homem do trabalho, como foi o nosso companheiro Deputado Júlio Redecker. Fica patenteado, então, Sr. Presidente, o nosso voto de pesar, que estendemos aos demais falecidos e especialmente às famílias, que estão padecendo neste momento. Segundo "experts", aqueles que conhecem a matéria, essa tragédia poderia ter sido evitada. Um dia antes, houve acidente com um avião da Pantanal, e foram constatadas irregularidades na pista recém-inaugurada, aliás, apressadamente. Essa pressa para inaugurar obras inacabadas pode ter sido a causadora dessa tragédia, que também poderia ser evitada. Quero manifestar o meu pesar pela morte do companheiro, líder de partido, Deputado Federal Júlio Redecker, extensivo aos familiares das demais vítimas. Lamento, mais uma vez, que a pressa e o açodamento tenham dado margem a uma tragédia que poderia ter sido evitada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 11/2007, do Governador do Estado, que altera o § 3º do art. 16-B da Lei nº 7.772, de 8/9/80; 41/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica com o América Futebol Clube; 76/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que torna obrigatória a aplicação de testes vocacionais nas escolas públicas e privadas do Estado e dá outras providências; 153/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui a Política Estadual de Combate e Erradicação da Anemia Infecciosa Equina - AIE - e dá outras providências; 172/2007, do Deputado Gustavo Valadares, que institui a política de mobilidade urbana cicloviária e de incentivo ao uso de bicicleta no Estado; 328/2007, do Deputado Zé Maia, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 39 da Lei nº 11.404, de 25/1/94, que contém normas de execução penal; 386/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha o imóvel que especifica; 635/2007, dos Deputados Weliton Prado e Vanderlei Jangrossi, que dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes alertando sobre o uso das drogas em boates e casas noturnas; 670/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que altera a Lei nº 13.408, de 21/12/99; 1.337/2007, dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Getúlio Neiva, que autoriza o governo do Estado a criar a Comenda Teófilo Ottoni; e 1.070/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências (À sanção.).

#### Questões de Ordem

O Deputado Fahim Sawan - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedi a palavra pela ordem para desejar a todas as Deputadas e a todos os Deputados um bom trabalho nesses aproximadamente 10 dias de recesso. Ficaremos nas nossas bases, onde trabalharemos ouvindo a comunidade que nos elegeu. Com certeza, o trabalho que fizemos aqui, nesta Casa, vai repercutir lá. Mais uma vez, desejo a todos um bom trabalho durante o recesso. Sr. Presidente, quero tratar de um assunto que me interessa muito como também a todos os Deputados: a reinstalação da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, prevista para o segundo semestre deste ano. É importante recomeçar e revigorar esse trabalho. Sei que muitos Deputados já se manifestaram sobre o assunto, e estamos reinstalando essa Frente. Queremos uma nova diretoria esperando que haja uma oxigenação da Frente, com o trabalho de todos esses parlamentares novos e jovens que estão aqui, muitos dos quais já se interessaram por isso. E é importante que façamos nova composição com os signatários dessa grande luta que temos pela frente, para enfrentar esse problema das drogas em nosso país e Estado. Na semana passada, em Uberaba, foi realizado o VIII Congresso Nacional de Amor Exigente, que reuniu mais de 1.500 pessoas de todo o País e do exterior, para discutir essa temática. Várias personalidades que trabalham com o assunto, como psiquiatras, cientistas e educadores, reuniram-se nesse congresso para tratar das políticas públicas sobre drogas, e pudemos tirar várias conclusões, rearticulando um trabalho que hoje é feito por essa importante associação, a Associação do Amor Exigente. Mas é importante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, desta Casa, façamos revitalizar e ressoar essas ações que também carecem das nossas leis, o que é muito importante. Lembrando dos nossos compromissos firmados com a sociedade mineira, temos de estabelecer a política e apoiar as pessoas que se empenham nesse trabalho. A Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas não tem a intenção de se sobrepor a qualquer tipo de ação. Ao contrário, reúne todos os interessados, os protagonistas e atores que querem trabalhar nessa luta, em qualquer campo, seja da prevenção, do tratamento, do combate ao narcotráfico, da segurança pública ou da reinserção social. Então, é muito importante, Sr. Presidente, que essa Frente seja reinstalada e oxigenada com esses novos valores adquiridos pela Assembléia Legislativa, para que, de forma signatária, possamos trabalhar de forma coesa e conjunta. Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente. Temos muito trabalho pela frente. O Deputado João Leite, que também tem defendido muito essa causa, sabe da importância desse trabalho, porque recentemente tratamos aqui das questões da publicidade do álcool, dos acidentes de trânsito, que ocorrem cada vez mais, e dos desvios de caminho que estão tendo os meninos e meninas do nosso país e do nosso Estado. Então gostaria, Sr. Presidente, de deixar registrada essa fala, dizendo à sociedade que vamos reeditar a nossa Frente e já temos mais de dois terços dos Deputados signatários. E estamos abertos para, quem sabe, fazermos um fórum único desses Deputados, para recompormos a Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas. Era o que eu tinha a dizer, desejando bom trabalho para todos nós no recesso parlamentar.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Doutor Viana. O Deputado Fahim sabe do nosso apoio e do apoio desta Casa a essa cruzada que ele empreende em defesa da juventude de Minas Gerais. A Frente conta com o apoio de todos os parlamentares desta Casa. Sr. Presidente, gostaria de deixar registrada também a nossa tristeza com a tragédia que se abateu sobre o nosso país, enlutando famílias brasileiras. O meu próprio partido, o PSDB, vive uma tristeza muito grande com a perda de um dos nossos líderes, o Deputado Federal Júlio Redecker, além dos mineiros, presentes nesse trágico vôo, que perderam a vida em São Paulo. É claro que neste momento devemos aguardar a apuração dos fatos e ter cuidado ao falar de um acidente tão grave quanto esse. Mas já sabemos de algumas coisas. Os controladores de vôo já disseram algumas coisas para o Brasil. Os controladores falaram para o Brasil da insegurança da aviação neste país. E a resposta do governo a esses

controladores tem sido muito dura. Neste momento, temos, por exemplo, controladores de vôo que estão presos por determinação da Aeronáutica ou do Presidente da República. Ouvimos os controladores. Miguel Martini, que já foi Deputado nesta Assembléia Legislativa e hoje é Deputado Federal, cumpriu brilhante carreira como controlador de vôo. Hoje é participante da CPI que trata do apagão aéreo em nosso país e alertou várias vezes sobre a situação da aviação no Brasil. Também acompanhamos algumas situações que nos preocupavam muito, como, por exemplo, o governo permitir que perdêssemos uma empresa como a Varig. Recentemente estive com um amigo meu, ex-Comandante da Varig, junto com outros 50 ex-Comandantes daquela empresa, que operam hoje a aviação regional da China. Só para a China, o Brasil perdeu 50 Comandantes de grandes vôos. Infelizmente sabemos dessas coisas que são graves. Creio que falta manifestação dos representantes dos pilotos brasileiros, dos aviadores, sobre essa situação dos aeroportos, da aviação no Brasil. Seria importante uma presença mais firme das autoridades, dos homens que pilotam os aviões e convivem com essa situação em nosso país. Sabemos também, Sr. Presidente, que o governo federal deu mais ênfase à recuperação dos terminais. Pelas informações que temos, algumas pistas não têm as melhores condições para operação. Queremos, na verdade, lamentar o que está acontecendo em nosso país. Estamos pagando um preço muito alto, perdendo vidas. Muitas vezes, alguns tentam encobrir isso dizendo que é a elite brasileira que voa. Mas não é a elite brasileira que passa de ônibus, de carro ou a pé na Av. Washington Luís, em São Paulo. Todos estão correndo risco neste momento. Aguardamos uma apuração firme das autoridades o mais breve possível, uma manifestação pública do que realmente aconteceu e da insegurança que estamos vivendo. Menos de um ano depois daquele acidente trágico com o avião da Gol, há este agora com um avião da TAM. Aguardamos as respostas do governo federal, que não vieram até agora, por tantas indecisões, pois são vários acidentes e riscos que a população brasileira está correndo. Aguardamos a palavra das autoridades brasileiras, do governo federal, do Presidente Lula sobre essa situação tão grave e essa tragédia que entristece todos os brasileiros. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cabe-me, neste momento, fazer um grande apelo a todos os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais de nosso Estado, para que manifestem ao Ministério Público do Estado e, sobretudo, ao Governador do Estado sua posição em relação ao Projeto de Lei Complementar nº 17, que aprovamos semana passada. Por que assim o faço? Assim o faço porque estamos assistindo a um deslocamento de membros do Ministério Público de todo o Brasil, que serão acolhidos aqui - não sei nem por quê -, no prédio do Crea. Eles vão-se reunir e mobilizar para fazer pressão sobre o Governador do Estado, para que ele vete a matéria votada nesta Casa. Não entendemos a posição do Crea, como também não entendemos a posição da OAB. O que, na verdade, desejamos, como representantes do povo, e o que deveria desejar a Ordem dos Advogados do Brasil, é criar as condições para a celeridade dos processos, melhorar a administração da Justiça para o povo, facilitar o trabalho do Ministério Público, como fizemos. Quando ontem me pronunciei e mostrei que não existe nenhuma tentativa desta Casa de criar foro privilegiado, ao contrário, modificamos apenas a iniciativa de processo - isso está claro -, montou-se uma farsa jurídica, com várias autoridades do campo jurídico, penas pagas para dar parecer favorável à posição equivocada do Ministério Público de Minas Gerais. Perdoe-me, Sr. Presidente, mas acho que esse assunto é altamente relevante. É importantíssimo frisar que a movimentação que se faz em torno desse projeto tem um único objetivo: manter privilégios. E nós estamos acabando com eles, em parte porque concordamos que o Ministério Público deva ser realmente um órgão forte. Mas não como disse a nossa Promotora Mônica Rolla, no seu artigo, no "Hoje em Dia", que seja o quarto poder, que dá suporte ao Legislativo, ao Judiciário e ao Executivo, disputando a posição de quarto poder com a imprensa. Aliás, fazendo uma miscigenação muito interessante, porque aquilo que lemos, no domingo, na imprensa, é, "ipsis litteris", letra de um, caligrafia do outro, é letra do Ministério Público e caligrafia do jornalista que copiou - porque foram ao disquete e escreveram no jornal. Gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar um fato que a imprensa não divulgou. Nós informamos, - o próprio Presidente desta Casa informa -, que existem legislações em outros Estados brasileiros. E me chegou às mãos, agora, Sr. Presidente, o que gostaria de ler para todo o Estado de Minas Gerais, onde está a TV Assembléia, e advertir os Prefeitos e Presidentes de Câmaras para que se movimentem, como os Prefeitos da Granbel, que buscam reunir-se amanhã com o Chefe do Ministério Público para mostrar-lhe a posição a favor do projeto que votamos. Que os Prefeitos se movimentem, que os Presidentes de Câmaras se movimentem, e ouçam o conselho que dei, ontem, pela TV Assembléia: não assinem TACs porque é reconhecimento de culpa sem que ela exista. É preciso tomar cuidado porque a movimentação é nacional para a manutenção de privilégios e vantagens. Ontem, Sr. Presidente, lembrei aqui que, se somarmos os salários pagos aos jornalistas que labutam nesta Casa, todos eles juntos, não chegam ao salário de um Promotor de Justiça. E entendemos, perfeitamente, que os jornalistas necessitam de dois, três empregos, porque os salários da imprensa mineira são muito baixos. Eu, como jornalista, lamento que se pague tão mal aos jornalistas, assim como lamento que tenham de se submeter à pauta estabelecida. Mas, Sr. Presidente, perdoe-me a ocupação deste espaço, porém acho relevante, para esta Casa, fazê-lo. Aqui está a lei que vigora em São Paulo desde 1993, que foi argüida por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. E na decisão do Supremo Tribunal Federal - aqui está a tarja do papel do STF está escrito, de forma clara, o que estabelece a lei em São Paulo. Além de outras previstas em normas constitucionais ou legais, são atribuições processuais do Procurador-Geral de Justiça: promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social e da probidade e legalidade administrativas, quando a responsabilidade for decorrente de ato praticado, em razão de suas funções, por Procurador-Geral do Ministério Público de São Paulo, que teria a competência para trabalhar em razão de fatos decorrentes praticados por Secretário de Estado, Deputado Estadual, membro do Ministério Público e Conselheiro do Tribunal de Contas. E foram além do que fizemos nós. Estabeleceram ali que é exclusiva do Procurador-Geral a decisão do processo sobre membros de diretoria ou de conselhos de administração de entidades de administração indireta do Estado. Acrescenta mais do que colocamos na legislação mineira. São Paulo é outro país, Sr. Presidente. Fizemos uma regularização da atuação do Ministério Público menos rigorosa. Quem quiser conhecer o processo, basta buscar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 285/SP, do STF, medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade, relator, Ministro Moreira Alves, julgamento do dia 25/10/93. Estamos em 2007. Deveríamos ter evoluído um pouquinho mais. Já se passaram muitos anos. Nesses últimos 10 anos, os exageros comprometeram a imagem sagrada - deveria ser sagrada - do Ministério Público. O nosso povo, a nossa gente, as autoridades brasileiras esperavam que o Ministério Público fosse formado por pessoas equilibradas, que entendessem a lei, que conhecessem a jurisprudência, que tivessem a consciência absoluta de que estavam fazendo ações em benefício da comunidade, e não se servindo das suas posições para prejudicar o andamento dos Poderes Executivo e Legislativo. Como disse a Promotora ao "Hoje em Dia", em artigo de Mônica Rolla, o que temos é a tentativa de implantação do quarto Poder no Brasil. E diz isso textualmente. Assusta-nos, Sr. Presidente, quando chega um ofício do Procurador-Geral, dizendo, de forma clara, que o Ministério Público se acha intocável. Fiz até a comparação com o Eliot Ness, daquele filme famoso, "Os Intocáveis", que tinham o direito de matar para defender a lei, a Justiça, e de subornar, de comprar, de fazer o que fosse necessário para manter a lei. Voltamos ao tempo do faroeste, do xerife, que era o dono de toda a verdade. Ele fazia a lei, julgava, condenava e enforcava. Mas quem está sendo enforcado é o direito; quem está sendo enforcada é a Justiça; enforcados estão sendo os direitos dos cidadãos, especialmente daqueles que defendem os interesses da população; enforcados estão sendo os que promovem a maior carga de responsabilidade, quando buscam resolver os problemas sociais, fazer leis que melhorem a estrutura do nosso país. Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos assistindo, neste momento, a uma tentativa de mobilização nacional em torno de um assunto estadual, porque Minas pode irradiar para o resto do Brasil a atitude corajosa que esta Assembléia tomou, ao longo deste mês. Haveremos de espalhar as idéias de Minas por todo o Brasil, porque, a partir de agora, começaremos a convidar os Srs. Prefeitos, Presidentes de Câmaras e Vereadores, para que se postem ao lado desta Assembléia, que defende o interesse maior de Minas e do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito brevemente desejo fazer uma reflexão na esteira do que foi falado pelo eminente Deputado Getúlio Neiva, com relação ao projeto aprovado pela Assembléia sobre as normas do Ministério Público. A grande imprensa nacional, aliás, por desinformação, faz apreciações relativas ao projeto que não são verdadeiras, mas equivocadas. Fica muito claro que a grande imprensa não teve acesso ao teor do que foi aprovado. Já li, em alguns jornais de grande circulação nacional, e ouvi, em rádios, dizerem que a Assembléia de Minas aprovou foro privilegiado para algumas autoridades. Isso não aconteceu. Os Promotores e Procuradores permanecem com suas atribuições de promover ações civis públicas contra qualquer autoridade. Foi aprovado nesse quesito que as notificações a serem feitas contra as autoridades ali elencadas, que são o Vice-Governador, os Secretários de Estados, os Deputados, os Juizes, os Promotores, os Conselheiros do Tribunal de Contas... Aliás, a imprensa insiste em dizer que mil, oitocentas e tantas autoridades foram privilegiadas, mas se esquece de que são quase 1 mil Juizes e Promotores e apenas 77 Deputados e 15 Secretários. Mas quero dizer que foi transferida ao Procurador-Geral a exclusividade de promover investigações e notificações contra aquelas autoridades. Sempre gosto de dar um exemplo didático, apenas estou construindo um exemplo aqui: vamos supor que um Promotor entendeu que há irregularidade numa escola estadual que se localiza no Sul de Minas, na divisa com São Paulo - daqui até lá a viagem dura quase 8 horas de carro -; e outro Promotor também entendeu que há irregularidade numa escola estadual em Uberlândia ou em Uberaba, em homenagem ao Deputado Fahim - são quase 8 horas de viagem daqui até lá. Esse Promotor não mais poderá, por causa dessa lei, convocar o Secretário de Estado para depor lá. Naturalmente ele já não faz isso, mas envia uma carta precatória para a Capital para que o Secretário seja ouvido aqui. Porém, agora, exclusivamente, o Procurador-Geral é quem irá convocá-lo, o que é muito natural: o Secretário de Estado está na Capital e será ouvido aqui. Isso é que foi votado nesse quesito. Mas a grande imprensa, desinformada e desinformando, não elenca as várias medidas que esta Assembléia aprovou nesse projeto e que darão muito mais transparência e eficiência ao funcionamento do próprio Ministério Público. Foi aprovado pela

Assembléia de Minas que, agora, qualquer cidadão pode fazer reclamação na Corregedoria do Ministério Público, que terá que instaurar um processo administrativo contra possível abuso de algum Promotor. votamos isso e votamos também que, nos processos em que o Ministério Público terá que atuar, processos judiciais em que deve emitir parecer, se o prazo for extrapolado, tanto o nome do Promotor quanto o prazo terão que constar da internet. Isso é transparência, já aparece no "site" do Judiciário e terá que acontecer agora quanto ao Ministério Público. Aprovamos que, ao final de todos os anos, o Ministério Público terá que divulgar em seu "site" um balanço de todas as ações propostas por ele e o que resultou dessas ações, para que a sociedade efetivamente acompanhe o seu trabalho, se está sendo eficaz ou não. Aprovamos aqui uma regra, que é importantíssima, de procedimento em que todos os inquéritos e investigações feitos pelo Ministério Público terão que ser seguidos de uma portaria publicada no "Minas Gerais", que dará abertura ao inquérito. Isso é fundamental. Todos os processos do Judiciário são assim: recebem número e protocolo. Agora, todos os inquéritos e investigações feitos pelo Ministério Público terão que ter número, protocolo e data de abertura do inquérito. Somente com esses dados e com os autos, o Promotor poderá fazer as suas investigações, chamar as pessoas para depor. Isso é norma. Estamos normalizando. Conseguimos um grande avanço na ação do Ministério Público, e isso a grande imprensa não está noticiando. Desse modo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste final de manhã, apenas quero dizer que o que foi aprovado em Minas Gerais foi um grande avanço para a ação do Ministério Público, conferindo-lhe mais eficiência e mais transparência. Por isso tenho certeza de que a sociedade em breve, quando vir o que realmente aconteceu, quando tiver oportunidade de ler o que foi aprovado, irá aplaudir o que a Assembléia de Minas votou. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Jangrossi - Sr. Presidente, também não poderia deixar de externar o meu profundo pesar pelo acidente ocorrido em São Paulo. Próximo do Deputado Fahim, lembro um Vereador na Câmara Municipal de São Paulo que é oriundo de Uberaba: o Vereador Paulo Frange. Fui Vereador com ele na legislatura passada e sei que trabalhou com afinco, criou uma comissão parlamentar de inquérito para tentar tirar o aeroporto de Congonhas do local onde funcionava, ou seja, fechá-lo devido a acidente já ocorrido no local e devido à situação em que ele se encontrava. Estudei em uma faculdade ali do lado, e as aulas eram interrompidas em razão do barulho provocado pelos aviões, causando grande constrangimento à população daquela região e chamando a atenção para o grande perigo. Ontem, infelizmente ocorreu um dos muitos acidentes. Anteontem, houve um acidente com avião de outra empresa, que derrapou. Há pouco tempo, o avião de um Deputado Federal do PL, cujo nome não me recordo, sofreu um acidente e caiu de costas na Washington Luís. Infelizmente, avalia-se em mais ou menos 200 as vítimas da tragédia de ontem, incluindo-se as que não estavam no avião. Não poderia deixar de externar profundo pesar e pedir reflexão, por parte do nosso governo, para avaliar a situação do aeroporto de Congonhas, assim como a do aeroporto da Pampulha. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência comunga com as palavras dos oradores que a antecederam, lamentando o fato ocorrido na aviação civil brasileira, que resultou na morte de mais de 200 pessoas ontem à noite em São Paulo. Também manifesta sua preocupação, uma vez que, pelas informações, percebemos que não se está trabalhando na prevenção. Várias pessoas manifestaram sua preocupação e anteviam a possibilidade de um acidente a qualquer momento, como aconteceu após a liberação da pista ainda sem as ranhuras para drenagem de água e para mais aderência dos pneus das aeronaves ao pousarem e decolarem da pista. Deixamos aqui também nosso sentimento de solidariedade e de consternação pelo fato. Aproveito e agradeço aos colegas a votação, em 1º turno, da PEC nº 19/2007, que terá grande alcance social, uma vez que beneficiará em torno de 60 mil funcionários públicos, cujas solicitações de aposentadoria ainda estão sujeitas a pendências no Tribunal de Contas, algumas há mais de oito anos. Com isso, agilizaremos todas as que ultrapassam cinco anos, as quais seriam consideradas prescritas e serão publicadas de imediato. Dessa forma, o Tribunal terá mais tempo para organizar melhor suas câmaras, a fim de responder mais rapidamente ao funcionário público que solicita sua aposentadoria justa e digna e não pode ficar à mercê dessa perda de tempo, às vezes tendo de retornar ao trabalho após oito ou nove anos. Agradeço a todos os que me ajudaram a conduzir os trabalhos durante este primeiro semestre de nossa legislatura, aos nossos assessores, aos Consultores, aos Assessores da Mesa e a todos os funcionários da Casa. Com a palavra, para sua questão de ordem, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, parabênizo V. Exa. pela aprovação do projeto de sua autoria, que atenderá muitos servidores. V. Exa. está desempenhando muito bem o papel para o qual foi conduzido a esta Casa, representando o povo mineiro.

Não poderia deixar de tocar no assunto do Aeroporto de Congonhas. Falta, no Brasil, uma política para a aviação. Nossas estradas estão péssimas. As ferrovias estão esquecidas. Não temos trens no Brasil. O "lobby" foi grande à época. Pediram estradas e mais estradas e se esqueceram dos trens. Faltou uma política do Governo Lula em relação aos aeroportos, e falta também um pulso maior. O que aconteceu em Congonhas já era anunciado: um aeroporto que foi entregue depois de uma reforma ficou pior do que era antes. A pista está mais escorregadia do que antes. Uma pista que não agüentou a pressão da população por causa do apagão aéreo. Falta pulso neste governo, falta planejamento para aeroportos, para combustíveis de forma energética. O Lula, em quem infelizmente votei, está perdido. Eu ainda esperava que o Presidente dissesse que iria resolver o problema. Falta isso ao Presidente.

Sr. Presidente, quero lembrar que, quando começamos a fazer uma campanha dizendo que lugar de avião era em Confins, à qual o Itamar Franco não aderiu, fizemos todo um movimento para tirar os vôos da Pampulha e levar para Confins. A população entendia naquela hora que Confins era um elefante branco. Conseguimos fazer um movimento grande na Assembléia, e V. Exa. participou. Quando mostramos a necessidade de tirar os grandes aviões da Pampulha, a Assembléia fez a sua parte, chamando aqui o DAC. Mostramos que aquilo era vontade política. Lá em Congonhas, o que faltou foi vontade política para dizer que não abríamos a pista enquanto não estivesse 100% concluída. Naquela ocasião, eu iniciei um movimento que hoje é realidade, não só pela vontade desta Casa, mas também pela visão do Governador Aécio Neves. Em uma noite, depois de mais de um mês de conversação, o Governador Aécio me chamou ao Mangabeiras e falou que iria tirar os vôos da Pampulha, que iria atender ao pedido da Assembléia. O Governador encampou essa idéia, e depois de Confins veio a Linha Verde. Foram o Governador Aécio Neves e o Carlos Willian que encamparam essa idéia. O Itamar não quis nem saber. Faltava vontade política, e isso o Governador Aécio Neves mostrou naquela hora. Quero deixar isso bem claro. Teremos oportunidade de fazer um pronunciamento de 1 hora, que está sendo preparado com imagens, mostrando a realidade, os fatos, mostrando pessoas que falavam, naquela época, que eram contrárias à transferência dos vôos para Confins. A própria Prefeitura era contrária e hoje está aí, batendo palmas para a Linha Verde. Conversava ontem com o Deputado Wander Borges, porque tivemos a reunião da Unale no mês passado e, no mesmo vôo, voltamos de Porto Alegre. Será que não é hora de transformar o Aeroporto de Confins num aeroporto rápido, que irá atender todo o Brasil? Temos um aeroporto central, que não fecha. Os aeroportos de São Paulo fecham muito mais do que o Aeroporto de Confins. Temos um aeroporto em condições de atender o País inteiro. Será que não é hora de se pensar nisso, de reviver uma política aérea, de fazer uma política para a aviação brasileira? Isso, infelizmente, o Governo Lula não tem. Fica o meu pesar e o meu sentimento por essas perdas. É difícil acharmos palavras nesta hora. Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, quero parabenizá-lo pelo seu projeto.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, também quero manifestar o nosso pesar às famílias das vítimas desse trágico acidente ocorrido em Congonhas. Aproveito esta oportunidade para discordar de parte da fala do Deputado Alencar da Silveira Jr., quando tenta culpar o Presidente Lula por mais um acidente. Fico triste ao ver que, desde setembro, quando aconteceu o acidente com o avião da Gol, não se tocou em outro assunto no País. Tudo foi feito por parte do governo e de todos, com muito esforço, para que fossem tomadas todas as medidas necessárias à solução desses problemas. É bom lembrar também que o Presidente da República não é Deus. Há uma série de interesses de classe, um movimento dos controladores de vôo e o interesse da Oposição em aproveitar os fatos para paralisar o País e o Congresso, com CPIs que não resolvem nada. Seria importante que o parlamento e a sociedade se unissem para resolver o problema, e não, para culpar quem quer que seja pelo acidente. Há 10 anos, no início do governo Fernando Henrique, também ocorreu a queda de um avião da TAM, e esse Presidente permaneceu no governo por 8 anos, sem que nada fosse feito. As medidas estão sendo tomadas, mas, primeiro, temos de conhecer as causas do acidente. As autoridades responsáveis ainda não se manifestaram, e não sabemos o que realmente aconteceu. Não seria correto utilizarmos este espaço para apontar culpados antes da hora. Portanto, deixo registrado o meu repúdio ao modo como o colega Deputado Alencar da Silveira Jr. se manifestou, já culpando o Presidente Lula pelo acontecimento. O nobre colega foi infeliz em sua fala. Acidentes como esse nos entristecem, mas esperamos que todas as autoridades - não somente o governo central, mas também os servidores, a Aeronáutica e o parlamento - deixem de utilizar esses momentos para aparecer. Temos de buscar soluções adequadas para o problema, uma vez que ontem foi um dia anormal em São Paulo, pois choveu o dia inteiro, e a pista estava escorregadia. Quando foi liberada, ainda faltava fazer os frisos para melhor aderência, o que só poderia ser feito após 40 dias, pois o asfalto teria de secar mais. Essas explicações já foram fornecidas ontem pelas autoridades. Acompanhei as notícias pela imprensa. Alguns que me antecederam disseram que havia uma pressão da grande imprensa para

essa liberação, com uma exploração até fora do comum dos atrasos, quando aconteciam as obras no aeroporto, que causaram muitos transtornos, pois os vôos atrasados em São Paulo acarretavam também atrasos nos vôos em todo o País. A própria imprensa foi responsável por isso, ao apresentar noticiários diários sobre esses atrasos nos aeroportos. É muito cedo para apontarmos os culpados. Primeiro teremos de ouvir as autoridades responsáveis, para, depois, acusarmos "A" ou "B". Tenho certeza de que o Presidente Lula tomará todas as medidas necessárias de apoio às famílias das vítimas. Não faltará por parte do governo a necessária mão firme para a liberação dos recursos, a fim de contarmos com um sistema aéreo mais seguro. Tenho certeza de que isso acontecerá. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Os companheiros do PT, mais uma vez, querem blindar o Presidente da República. Ora, o telespectador da TV Assembléia, que criei e que, no dia 30 de novembro, completará 11 anos, é quem vai julgar. Quem julgará é a população. Sou responsável pelo que acontece nas minhas empresas. Quem manda sou eu, Deputado. Quem manda sou eu. Se qualquer coisa que vier a acontecer de errado nas minhas empresas, a responsabilidade será minha, o culpado serei eu. Se estiver tudo bem, mérito; se estiver ruim, receberei críticas. Veja bem o que V. Exa. disse: que saberemos quem é o culpado, se este, aquele ou aquele outro. Entretanto a culpa nunca é do Presidente da República, do "meu" Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ora, temos de parar com isso agora. A culpa é, sim, do Presidente da República, a quem está faltando pulso para bater na mesa e dizer: "Sr. Ministro, você está fora por causa disto e daquilo". "Ah, mas tem o Congresso." Ora, deixe o Congresso. Lula já mostrou à população o que ele faz. Temos, então, de nos esquecer dessas coisas. O culpado maior é, sim, o mandatário da Nação. Se ele não consegue resolver o problema sindical - e olhem que foi sindicalista -, se não consegue resolver o problema no Congresso, se não consegue resolver outros problemas, então, que largue isso. Nesta Casa, temos um Presidente que se chama Deputado Alberto Pinto Coelho. Os problemas internos desta Casa, se não forem resolvidos, a culpa é do Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho. Ele é que precisa fazer as coisas. Na Prefeitura, está o Prefeito Fernando Pimentel. Quando algo não dá certo, falamos do Prefeito Fernando Pimentel. No Estado, V. Exa. e toda a Oposição dizem que a culpa dos erros é do Governador Aécio Neves, porque é ele quem manda. Agora, V. Exa. vem dizer que o Presidente Lula não tem culpa. Por favor! Aponte-me que programa existe para a aviação brasileira. Não existe. Estamos esquecidos. As estradas estão esquecidas, as ferrovias estão esquecidas, a aviação está esquecida. Deputado, quem manda é Luiz Inácio Lula da Silva. "Ah, mas o Congresso não o deixa governar. Tem CPI e tudo o mais." Ora, espere aí. Será que o problema da CPI é o Presidente? Temos de parar com isso. Presidente tem de ter pulso. Para mim, ontem, ele chamaria todo o mundo, bateria a mão na mesa e resolveria, de uma vez por todas, a situação. Mas não: "Temos de ver o que vai ser feito." Ora, espere aí. Ele tem de arregaçar as mangas. Ou será que está com medo de tomar outra via, como no Maracanã, momento que tive, pessoalmente, oportunidade de acompanhar? Tomou uma boa via. E esta não tem preço. A reforma do Maracanã teve um preço. Tudo o que foi feito para o Pan teve um preço de não sei quantos milhões, mas a via que o Presidente tomou, meu amigo, esta não teve preço. V. Exa. tem de entender que não estou fazendo críticas. Estou apenas pedindo ao Presidente da República que cumpra o seu papel de gestor. Ele é quem manda. Estamos num sistema presidencial: quem manda é o Presidente. O Presidente decide quem está dentro e quem está fora. Essa situação do sistema aeroviário se arrasta há um ano. Há um ano, aconteceu o primeiro acidente. Aí, veio o apagão aéreo. É um tal de tira fulano, coloca fulano, como se conversa, como não se conversa. Ora, ele é quem manda. Nós pedimos favor. Nós, legisladores, pedimos, e o Governador, este, sim, manda, executa. É o Executivo. Pedimos, mas não podemos fazer nada. O Deputado Fábio Avelar foi o relator do projeto que propôs a retirada dos grandes vôos do Aeroporto da Pampulha, antes que ocorresse o que houve em São Paulo. Fiz a minha parte, assim como o Deputado Fábio Avelar, o Governador e a Assembléia. O Presidente Lula é quem manda e tem de dar jeito nisso. Votei nele para que resolvesse os problemas e não deixasse acontecer o que ocorreu ontem.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, em primeiro lugar, também gostaríamos de manifestar a nossa solidariedade e o nosso pesar pelo trágico acidente ocorrido ontem e que estremeceu toda a população brasileira. Em segundo lugar, gostaria de dizer que não estamos - evidentemente, não escutei toda a fala do Deputado Alencar - buscando culpados. Temos de buscar soluções. Em Minas, vivemos uma situação bastante semelhante. Quando apresentei um requerimento para a criação de uma comissão especial para analisar profundamente a questão dos aeroportos em nosso Estado, evidentemente tivemos a oportunidade de escutar todos os segmentos envolvidos no processo, os moradores da região de Belo Horizonte e das cidades do entorno da região metropolitana, os Deputados membros daquela Comissão. Fui o relator do projeto, e o Deputado Alencar da Silveira Jr., o Presidente da Comissão. O Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, teve presente marcante. Como disse o Deputado Alencar da Silveira Jr., enfrentamos seriíssimas dificuldades. Primeiramente, a incompreensão das autoridades municipais. A Prefeitura de Belo Horizonte não aceitava a mudança dos vôos, e o Secretário Murilo teve uma posição bastante contundente. Aliás, houve situações constrangedoras para nós: Deputados votados em Belo Horizonte culpando-nos, nas audiências públicas aqui realizadas, de desvalorizar a nossa Capital, ao transferir os vôos para o Aeroporto Tancredo Neves. Na ocasião, houve depoimentos que nos deixaram estarelecidos. Pilotos alertaram sobre a situação do aeroporto da Pampulha, que não comportava a movimentação das aeronaves. Isso foi-nos apresentado de uma maneira bastante clara. Não havia segurança, os equipamentos de segurança estavam ultrapassados, os novos equipamentos não tinham condição de serem instalados em razão da topografia do aeroporto. Mas, apesar das críticas, enfrentamos a situação com garra. O que nos coube? Apresentar as nossas sugestões. Gostaria de afirmar a necessidade de uma vontade política de tratar aquela situação para valer, como fez o Governador Aécio Neves. Segundo a administração de Belo Horizonte, do Fernando Pimentel, um dos grandes motivos para não se fazer a mudança era a total precariedade do acesso ao Aeroporto Tancredo Neves. No nosso relatório, consta que seriam necessárias medidas urgentes e eficazes. Citamos ainda a necessidade de se reformar a MG-10, que dá acesso a Confins. Se não me engano, apresentamos cerca de 18 recomendações, visando atenuar as dificuldades mencionadas. E o Governador as encarou com coragem, implantando a Linha Verde e tomando todas as medidas necessárias para que os vôos da Pampulha fossem transferidos para Confins. Hoje, vemos com muita satisfação que foi uma medida acertada. Pessoas que antes nos criticavam reconhecem que foi uma decisão acertada. No nosso relatório também consta uma sugestão, talvez não levada muito a sério pela Infraero e já comentada pelo Deputado Alencar da Silveira Jr., de se transformar o Aeroporto Internacional Tancredo Neves em aeroporto "hub". Todos nós sabemos disso. Ontem, quando assistimos à imagem aérea do acidente ocorrido em Congonhas, verificamos que é impossível, por mais que as pessoas afirmem que é possível, a convivência do aeroporto com aquele adensamento populacional. A situação é muito semelhante e tem que ser enfrentada com coragem, com muita força e com uma vontade política muito grande, caso contrário não conseguiremos vencer essa lamentável crise que estamos vivendo no País. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, quero, mais uma vez, fazer um esclarecimento para o nobre Deputado Alencar da Silveira Jr. Ele disse que manda em suas empresas. Está correto: ele manda nas suas empresas. Mas ele tem que entender que o Brasil não é uma empresa, o Brasil é de todos. O Presidente, apesar de ser Presidente, não é o dono do País. Há regras para se governar um país. Temos três Poderes, uma série de instituições, a Constituição e várias regras a seguir. Portanto, não é simplesmente achar que, com uma canetada, com um olhar ou com uma palavra, as coisas se resolverão. Tenho certeza de que ainda há muita coisa importante para acontecer. O Deputado Fábio Avelar falou sobre medidas importantes tomadas em Minas Gerais, ao se transferirem os vôos da Pampulha para o aeroporto de Confins. Infelizmente, em São Paulo não há um aeroporto como Confins. O Governador José Serra não poderá tomar a mesma medida, a não ser que o Estado de São Paulo, que é muito rico, em parceria com o governo federal, encontre uma solução, que talvez seja a construção de um outro aeroporto. Tudo isso serve para chamar a atenção para medidas necessárias no momento certo, coisa que não ocorreu há 10 anos, volto a lembrar. Há 10 anos, no governo do Presidente Fernando Henrique, também caiu um avião da TAM e morreram quase 100 pessoas em São Paulo. Passados 8 anos do governo Fernando Henrique e 4 anos do primeiro mandato do Presidente Lula, as medidas necessárias ainda não foram tomadas. Portanto, não é uma decisão tomada apenas por uma pessoa. Não podemos culpar esse ou aquele por um acidente ocorrido. Ou seja, não podemos culpar o Presidente da Assembléia se o piloto do avião da Assembléia cometer um erro e o avião cair. Precisamos ter prudência. Há muita coisa para melhorar no Brasil. Concordo plenamente que precisamos investir mais no setor aéreo e nas rodovias. Isso está acontecendo com o PAC. São R\$500.000.000,00 para melhorar a infra-estrutura do Brasil nos portos, nos aeroportos, nas ferrovias e nas rodovias. As medidas estão sendo tomadas. Mas somos um país democrático e temos regras para fazer as coisas: temos que fazer as licitações, os projetos e obter as licenças ambientais. Ao contrário do que disse o Deputado Alencar da Silveira Jr., o Presidente não manda tanto assim. Talvez o Deputado mande fazer as coisas na sua empresa. Mas, no Brasil, é preciso licença, projeto e outros mecanismos a serem seguidos. As coisas não são da forma como S. Exa. disse, aproveitando-se da oportunidade. Acho que isso é aproveitar-se das oportunidades para aparecer. Portanto, precisamos ter mais prudência ao falar. Concordo com as palavras do Deputado Fábio Avelar, cuja manifestação foi feita de forma muito mais prudente. Quero falar também que muitas coisas positivas estão acontecendo no País, como programas importantes para a diminuição da pobreza, programas sociais, como o ProUni e o Programa Luz para Todos, geração de empregos, melhoria significativa de vários setores do nosso país, queda do dólar, queda do Risco Brasil e o fim do FMI. Hoje, o Brasil é um país mais austero, que tem reservas cambiais. Enfim, muitas coisas boas estão acontecendo. Não serão esquecidas em função de um evento orquestrado no Rio de Janeiro. Como todos sabemos, as pessoas foram pagas para vaiar o Presidente, que investiu R\$3.000.000.000,00 na construção de todas as obras para a realização do PAN.

Deveria ser aplaudido, mas sabemos muito bem o que aconteceu. Ontem, o Governador do Rio de Janeiro declarou a todos os jornais que, após as apurações, certificou-se que foi um ato orquestrado. Foram palavras do Governador do Rio, Sérgio Cabral. Para encerrar, gostaria de dizer que todo gestor público está sujeito a críticas, elogios, aplausos e vaias. Não é porque o Presidente foi vaiado no Rio de Janeiro que o País vai acabar. Ele foi muito aplaudido há 15 dias, em Belo Horizonte. O nosso Governador Aécio Neves o parabenizou e lhe agradeceu os investimentos, os recursos liberados para Belo Horizonte, para a região metropolitana, para o Norte de Minas, enfim, para o Estado de Minas Gerais. Da mesma forma que existe gente querendo pegar carona para aparecer, existem pessoas prudentes. O Governador de Minas fez isso aqui, há 15 dias, ao agradecer ao Presidente e reconhecer os grandes avanços de Minas, graças também ao apoio, à compreensão e à ajuda do governo federal ao nosso Estado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, quero repor os fatos concretos. Não há nenhuma comparação entre o acidente acontecido ontem com o acidente da TAM ocorrido há 10 anos, que já foi apurado. Houve uma questão técnica na aeronave que operava aquele vôo acidentado. O meu partido, o PSDB, está envolvido no acidente que aconteceu ontem: perdemos um membro, um líder do nosso partido. Lamento que, para tentar explicar o acidente de ontem, voltem no tempo, há 10 anos, e tentem culpar um partido. Não se faz isso. Tive a oportunidade de manifestar-me anteriormente dizendo que aguardamos a apuração dos fatos, mas o País já sabe de algumas coisas. O País já sabe que faltou gestão na questão da aviação brasileira. Lamentamos que isso seja colocado dessa maneira, porque o PSDB tem serviços prestados ao nosso país e ao Estado de Minas Gerais. Estão aí as obras do PSDB: a duplicação da Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo. É uma obra de porte que beneficiou o nosso Estado, trouxe uma infra-estrutura importante para o comércio, para o desenvolvimento de Minas Gerais. Depois tivemos a construção de linhas do metrô, mas não como está acontecendo agora, porque, conforme a propaganda desse PAC, estão sendo construídos 4km de linhas de metrô na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A verdade precisa ser dita. O PSDB fez muito para Minas Gerais, fez muito para o País. Não aceitamos que o nosso partido seja culpado pelo acidente acontecido ontem em São Paulo. É preciso que o governo federal assuma suas responsabilidades. O Presidente convocou uma reunião de emergência. Emergência? Todos sabem o que está acontecendo. Todos sabem que perdemos uma grande empresa, perdemos pilotos. Perdemos para a China a reserva técnica do Brasil. O governo não fez absolutamente nada. Além disso, achar que alguém pode controlar 80 mil pessoas no Maracanã... Precisa contar outra. Fui vaiado no Maracanã por quase 200 mil pessoas. Não se podem controlar 80 mil pessoas. Jogando futebol fui vaiado. O Presidente não conseguiu jogar depois de uma vaia, não entrou em campo. Ele ficou no canto dele, sem poder entrar em campo. Acreditar que alguém pode controlar 80 mil pessoas... É impossível. Pagar 80 mil pessoas para vaiar alguém e colocar todos dentro de um estádio? Não dá para acreditar. Muito obrigado, Presidente.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.119/2007

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.119/2007, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.119/2007

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - de São Sebastião do Paraíso, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - de São Sebastião do Paraíso, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Sebastião Costa, relator - Gilberto Abramo.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/7/2007

A Deputada Maria Lúcia Mendonça - "Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, funcionários da Casa e todos os que se encontram aqui, nesta tarde de quinta-feira, é com satisfação que ocupo esta tribuna para falar de uma iniciativa fundamental do Governador Aécio Neves. Trata-se da situação dos funcionários designados do Estado de Minas Gerais, no que concerne às suas aposentadorias.

Projeto de lei complementar do Governador beneficia 98 mil servidores e traz a tranqüilidade necessária àqueles que viveram, durante diversos governos, a ansiedade, seguida de tristeza, por não ter tal questão resolvida. Eu, que sou aposentada como educadora pelo Estado, há muito

venho acompanhando a luta dos servidores designados, e nenhum governo teve coragem de mexer no assunto. Consideravam um vespeiro. O Governador Aécio Neves teve o desprendimento e encaminhou o projeto de lei complementar a esta Casa, no intuito de resolver de vez essa questão.

Ao definir o regime previdenciário e criar a Unidade de Gestão Previdenciária e o Conselho Estadual de Previdência, o Governador indica, mais uma vez, que Minas avança e que mostra os caminhos.

Os servidores serão acolhidos, gradativamente, até 2010, pelo Ipsemg. Após a sanção do projeto de lei complementar, serão beneficiados, de imediato, aqueles que têm aposentadoria voluntária e aposentadoria compulsória.

Estive, com o maior orgulho, pessoalmente, com o Vice-Governador de Minas, Antônio Anastasia, no mês de junho, quando manifestei a minha preocupação com os servidores designados. Naquela ocasião, ele me tranquilizou. Disse-me, então, que o Governador Aécio Neves estava atento à questão e que em breve estaria enviando esse projeto à Assembléia, encerrando um grave erro e colocando-o no passado. Estive com o Vice-Governador, como já disse, e lá percebi quanto o sentimento do Executivo estava voltado para a solução dessa questão.

Agora, com o maior orgulho, pretendo trazer para a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, como Vice-Presidente dessa Comissão, a discussão desse projeto, uma vez que boa parte dos servidores designados do Estado está lotada na Secretaria de Educação.

Outra questão que trago a esta tribuna, e o faço com muita satisfação, é a 2ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, realizada nos dias 9 e 10/7/2007, na segunda e na terça-feira desta semana, e que foi marcada pelo sucesso. Algo próximo a 600 mulheres participaram da conferência, no ginásio do Sesc de Venda Nova, com uma primorosa organização da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com o governo do Estado.

Contamos com a presença da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Ministra Nilcéia Freire, que nos lembrou que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que está sendo implementado desde janeiro de 2006, contém 199 ações nas áreas de saúde, educação, enfrentamento da violência e ampliação da autonomia econômica das mulheres.

Um dos grandes momentos dessa conferência foi quando discutimos a avaliação, o aumento e a ampliação do espaço de poder para as mulheres. Todas as comissões que lá trabalharam estipularam 10 itens, que serão levados para Brasília, e 31 ações, que também serão levadas, relativas ao poder da mulher no espaço político.

Em nosso evento, elegemos as 183 delegadas que vão representar Minas na conferência nacional, de 18 a 20 de agosto, em Brasília. Nos trabalhos realizados, foram elaboradas 315 propostas, das quais 49 foram consideradas prioritárias e serão encaminhadas à conferência nacional, em Brasília.

Com muito orgulho, propus, e foi aprovado, que uma das delegadas de Minas representasse as pessoas com deficiência. Aprovamos o nome de Maria Tereza Alves Gati de Almeida, que irá representar esse trabalho magnífico, que teve uma comissão especial, sob a coordenação, sob a Presidência do Deputado Célio Moreira. Ela representará os deficientes físicos e mentais e os autistas de Minas Gerais. Ela é associada à Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - Apape. Temos a certeza absoluta de que a Maria Tereza em muito contribuirá na conferência nacional.

Representando esta Casa, toda a bancada feminina estará em Brasília. Ao todo, serão 18 representantes dos Poderes do Estado, 55 dos governos municipais e 110 da sociedade. Durante todo esse período de preparação, não poderia deixar de destacar a atuação da Gerência de Projetos Institucionais - GPI -, cuja equipe parabenizou na pessoa de Juscelino Luís Ribeiro. A GPI, com sua competência, paciência e dedicação, soube-nos orientar e conduzir os trabalhos de forma eficiente e eficaz, o que foi traduzido no sucesso absoluto do evento.

Com as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e os telespectadores da TV Assembléia, quero recordar quanto esta Casa tem colaborado para que a mulher ocupe o espaço, no sentido de poder e de estar mesmo na participação política de nosso Estado. Em 2004, o Deputado Mauri Torres era o Presidente desta Casa, quando foi realizada a I Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres; em 2006, realizou-se, também com sucesso, um fórum em que saiu a determinação de se eleger e fazer uma coordenadoria de políticas públicas para as mulheres. Hoje, temos com orgulho a Virgínia Rosa, nossa coordenadora, ligada à Sedese.

Chegamos nos dias atuais. Nosso grande Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, deu toda a cobertura possível para que a II Conferência fosse um sucesso. Foi, consequência desse trabalho, de apoio, ajuda, compreensão e entendimento do nosso Presidente. Eu e as Deputadas Elisa Costa, Cecília Ferramenta e Gláucia Brandão, que estamos aqui hoje, temos o orgulho de dizer que foi criada, neste governo, a Promotora de Políticas Públicas para as Mulheres, cuja fantástica Promotora é a Dra. Lais, que tomou para si todos os projetos que cuidam da proteção da mulher. E foi anunciado recentemente, por nossa coordenadora Virgínia Rosa, a criação do Juizado para as Mulheres. Hoje, às 17 horas, a bancada feminina estará no Tribunal de Justiça para discutir a respeito da legalização desse juizado. (- Lê:)

"Portanto, em agosto, iremos a Brasília para levar a força, a garra e a seriedade da mulher mineira, para que, em conjunto com as companheiras dos demais Estados brasileiros, possamos criar mais avanços nas políticas públicas para as mulheres."

Encerrarei citando o que disse no término da conferência: orgulho-me de ser mulher ao ver, naquele evento no Sesc de Venda Nova, as mulheres debatendo, enfrentando e se dizendo em posição de retirada de caminhada para a luta pela mulher.

Solicito às Deputadas e, em especial, aos Deputados presentes que nos acompanhem nessa luta. Uma hora séria foi aquela em que discutimos o aborto. Foi pesadíssimo. Nesta Casa já estão discutindo esse assunto: os Deputados Célio Moreira e Eros Biondini, a favor da vida e contra o aborto; e na Comissão de Saúde, em que o assunto foi debatido ontem. É preciso que todos nesta Casa se empenhem para que Minas Gerais não dê um passo em falso em relação a esse assunto.

Agradeço a todos e os conclamo a caminharmos juntos em busca da realização das mulheres mineiras para o desenvolvimento dos Municípios mineiros, de Minas Gerais e do Brasil. Obrigada.

\* - Sem revisão da oradora.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Parabenizo a Deputada Maria Lúcia Mendonça. Também participamos com a bancada feminina da II Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, com a presença de aproximadamente 600 delegadas de todo o Estado, uma presença muito importante na organização da Assembléia Legislativa. Faço justiça à GPI, por meio do Juscelino, da Míriam, da Mônica e de toda a equipe de infra-estrutura que participou, todo o tempo, não somente na preparação, mas durante a conferência, nas relatorias e no assessoramento dos grupos. Houve uma verdadeira parceria entre os movimentos sociais, a Assembléia e os

governos representados nas conferências municipais e regionais.

Quereria parabenizar a todas as delegadas, que tiveram dois dias de intenso debate. Foi uma conferência de grande qualidade, não somente pela participação, que cresceu muito desde a primeira conferência, mas principalmente pelo conteúdo das propostas debatidas, que serão levadas à conferência nacional, para que comprometamos, cada vez mais, o governo do Presidente Lula, que criou a Secretaria Especial de Políticas Públicas, com a presença da Ministra Nilcéa, e o governo de Minas, através da Secretaria de Desenvolvimento, e da coordenadoria criada para a implementação. E que tenhamos nos Municípios o compromisso das Prefeitas, dos Prefeitos e das Câmaras de Vereadores, para, de maneira integral das políticas, forjar as políticas para as mulheres, nas relações, na autonomia e na igualdade do mundo do trabalho, nas políticas relacionadas à saúde e nas destinadas à educação, uma educação igualitária, para todos, sem discriminação, e, especialmente, no tema do enfrentamento da violência, na implementação efetiva da Lei Maria da Penha, dos Juizados Especiais, na criação da rede de combate à violência doméstica - os centros de referência, as casas de passagem, as casas-abrigo -, para termos mais igualdade nas questões de gênero.

E há o tema novo, que não fazia parte nem do plano nacional nem do estadual, que é a mulher e a sua participação política nas instâncias de poder. Foram aprovadas propostas bem interessantes para que, na instituição da política de cotas, sejam assegurados 50% de vagas para as mulheres nos cargos de livre nomeação e exoneração dos órgãos públicos e, da mesma forma, nas chapas de candidatos a eleições proporcionais para o Legislativo, que hoje são 30%. Que a cota caminhe, depois de cumprida essa meta, para 50%. Que, nas direções partidárias, nas direções de movimentos sociais e nas instituições, haja uma representação feminina também de 50%, dado que a maioria da população brasileira hoje é de mulheres, e 51% do eleitorado é feminino.

Também há a garantia do financiamento público, das cotas, a destinação do fundo partidário para as mulheres, a garantia de fidelidade partidária na reforma política, todo um conjunto de propostas que foram aprovadas e que serão levadas à conferência nacional. Registro que o Estado de Minas Gerais se manifestou sobre a política, mas é preciso também, fundamentalmente, que os Municípios tenham os conselhos, que haja organização maior dos movimentos sociais, dos movimentos populares de mulheres. Com a organização da sociedade e dos movimentos sociais, há que se fazer um tensionamento nas Câmaras, para legislar a partir da visão da mulher na questão de gênero, etnia, raça, e a partir dos Orçamentos municipais, estaduais e federal.

Deixo também o registro dessa belíssima conferência e do seu resultado. Que consigamos formular políticas integradas e dar um passo adiante na luta contra a discriminação e o preconceito e na participação efetiva da equidade de gênero, da igualdade de direitos e de oportunidades.

Falando mais uma vez de conferências, realizaremos a III Conferência Nacional das Cidades. Liderada pelo Ministério das Cidades, é um chamamento a Minas Gerais, que também realizará as suas conferências municipais ou regionais e a sua conferência estadual, também discutindo as propostas para a conferência nacional. A Conferência das Cidades tem um papel muito importante, assim como as demais conferências, no envolvimento da sociedade em temas que lhe dizem respeito. Especialmente, pensar as cidades a partir de todos os que nela moram e construir as cidades a partir de direitos que devem ser para todos e todas.

Deve haver uma visão de cidade em que a participação e a igualdade prevaleçam, do ponto de vista da construção das políticas destinadas à sensibilidade, ao trânsito, ao transporte, à habitação de interesse social, ao saneamento básico, à infra-estrutura, à eletrificação, ao planejamento urbano etc. Enfim, as políticas devem ser pensadas a partir de todos os que moram e participam da cidade.

A população deve ser protagonista dos destinos, do crescimento e do desenvolvimento da cidade, lugar onde todos moramos, compreendendo campo e cidade. A conferência é um chamamento a todos os Municípios para a participação nesse processo, principalmente para contribuir para a construção do sistema nacional de desenvolvimento urbano, para a criação, nas conferências municipais, dos conselhos municipais das cidades e do conselho estadual das cidades, a exemplo do sistema nacional, que hoje já está estruturado, que é o Conselho Nacional das Cidades, que integra as políticas de trânsito, transporte, projetos e programas, especialmente os planos diretores das áreas de habitação de interesse social e de saneamento ambiental.

Importante é dizer que também a Assembléia Legislativa faz parte da comissão organizadora. A exemplo da Conferência Pública das Mulheres, também haverá a participação fundamental desta Casa e de todos os Deputados que queiram integrar-se a esse processo, que será realizado com diversos movimentos. A comissão também integra os movimentos de moradia, saneamento, trânsito e transporte. Diversas entidades que organizam a sociedade estão sendo chamadas a participar e fazer suas propostas.

Chamo a atenção dos Municípios para o prazo estabelecido para as conferências municipais, o qual termina em 30 de julho. É muito importante que todos os Municípios façam o edital de convocação, por meio das Prefeituras. Pode ser uma conferência de caráter municipal ou regional, mas a Prefeitura deve fazer o edital chamando todos da região, as entidades e a Câmara de Vereadores. É muito importante que as Prefeituras, até 30 de julho, prazo que começou em 1º de maio, realizem essas conferências municipais.

Nossa conferência estadual acontecerá nos dias 17 a 19 de setembro, aqui, em Belo Horizonte, e a conferência nacional, em Brasília, nos dias 25 a 29 de novembro. O Estado de Minas Gerais precisa construir o seu plano estadual de saneamento em função do marco regulatório da lei do saneamento, aprovada no Congresso Nacional. É muito importante, ainda, que nosso Estado implemente seu conselho de saneamento, já discutido aqui, em ciclo de debates.

Quando discutíamos a lei nacional e a criação das subsidiárias da Copasa, foi dito que o governo de Minas nos enviaria ainda neste semestre a proposta de criação do Conselho Estadual de Saneamento, mas, até o presente momento, não nos foi enviada nenhuma mensagem do Governador de Minas apontando para a criação desse Conselho. Junto a essa proposta de criação, haveria a proposta do Plano Estadual de Saneamento. Tudo isso deve ser objeto de debate não só nas conferências municipais, mas também na conferência estadual.

É necessário também ressaltar que hoje o governo federal está investindo muitos recursos nessas áreas. Se analisarmos o PAC, na área de habitação e saneamento, e o PAC Minas, perceberemos que aqui haverá recursos da ordem de R\$3.600.000.000,00 para a área de habitação e saneamento. Isso demonstra o compromisso do governo Lula com essa causa. Para as cidades acima de 150 mil habitantes, para as de até 50 mil habitantes e para aquelas de 50 mil a 150 mil habitantes, teremos recursos da Funasa, da ordem de R\$4.000.000.000,00, para o saneamento; e do Ministério das Cidades, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, da ordem de R\$2.000.000.000,00, para garantir recursos para os Municípios, para as políticas de moradia, de infra-estrutura urbana, especialmente nos bairros carentes, e para o saneamento ambiental, nas áreas de água, tratamento de esgoto, drenagem, destinação final dos resíduos sólidos e tratamento do lixo.

Quanto à Conferência das Cidades, além dos investimentos, que são grandes na área, é preciso que os Municípios, ao participarem da Conferência, também se capacitem, através de projetos inovadores, a disputar os recursos federais, para que essas políticas que contribuem para a qualidade de vida das nossas famílias, das pessoas que moram em cada cidade, sejam efetivamente garantidas.

Deixamos aqui o nosso compromisso com o chamamento para a 3ª Conferência Nacional das Cidades. Em Minas Gerais, da mesma forma, os Municípios devem ficar atentos ao calendário. Até 30 de julho, todos deverão realizar as conferências municipais ou regionais. E, em setembro, teremos a nossa conferência estadual.

Deixo aqui a solicitação para que a sociedade civil, os movimentos sociais de todas as áreas, as Câmaras de Vereadores, os Prefeitos e Prefeitas, os Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas participem efetivamente, para que tenhamos uma sociedade inclusiva, cada vez mais cidadã e participativa.

Finalizando nossa fala de hoje, quero fazer um breve comentário sobre o projeto de lei enviado a esta Casa Legislativa pelo Governador de Minas, que diz respeito à educação e ao magistério. Serão breves palavras porque, na próxima semana, faremos um comentário mais detalhado sobre esse projeto, que reajusta os valores das tabelas de vencimentos básicos das carreiras dos profissionais de educação básica do Estado e institui a parcela de complementação remuneratória do magistério.

Chamo a atenção porque, na época do Governador Itamar Franco, havia a PRC, que foi criada como abono. Nos dois anos do governo Aécio Neves, esse abono foi muito criticado no Plenário. Diziam que isso era muito ruim. Concordamos com parte dessa avaliação. E agora ela volta, a chamada PRC-abono, dentro da questão da criação do piso nacional, que é fundamental.

O piso nacional está sendo criado agora pelo Fundeb. Achamos positivo que Minas Gerais, como todos os Estados, tenha o piso de R\$850,00, no mínimo. O piso deve ser daí para mais. As categorias estão-se organizando para que, em nível nacional, esse piso seja maior.

Em Minas Gerais, esse piso pode-se transformar em uma PRC, em um abono. Minas Gerais precisa avançar na educação e em sua qualidade. O piso precisa ser efetivamente implantado em Minas Gerais, conforme disse a Secretária, por 24 horas semanais, e não, além disso. Todos os servidores de Minas devem ter garantidas melhores condições, ou seja, para além desses 5%. Esse percentual ainda é muito pouco para uma categoria que há muitos anos não tem reajuste salarial, em Minas Gerais.

Deixamos aqui este início de conversa. Aprofundaremos esse posicionamento. No segundo semestre, debateremos o piso nacional de salário da educação e o piso estadual. Garantiremos efetivamente que a educação caminhe no rumo da sua qualidade: incluir os nossos jovens, garantir a nossa juventude nas escolas e imprimir qualidade para que possa haver desenvolvimento e conhecimento para todos. Muito obrigada.

O Deputado Almir Paraca\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias, telespectadores da TV Assembléia, estamos na tribuna para abordar alguns assuntos, de maneira especial o "VI Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas". Nossa região Noroeste é composta por duas grandes bacias hidrográficas tributárias do querido Rio São Francisco, rio de integração nacional. Como todos sabem, as bacias dos Rios Paracatu e Uruçua têm uma área que ainda pode ser considerada remanescente do grande sertão narrado pelo eminente escritor Guimarães Rosa. O que sobrou do grande sertão está em nossa região. Lá ainda encontramos tipos tradicionais, culturais, que estão registrados nos romances, nos contos de Guimarães Rosa.

O "Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas" é o ambiente, o espaço onde as comunidades tradicionais do Uruçua e do Paracatu, os artesãos, os quilombolas e os agricultores familiares se reúnem levando os seus produtos, os seus artesanatos, a sua tradição e a sua cultura. É um grande encontro da solidariedade. É um grande encontro de intercâmbio de trocas e de confraternização. Ao longo destes seis anos, tornou-se um espaço de capacitação, de discussão de políticas públicas, de formação de agentes que atuam nas diversas organizações sociais da região de agentes públicos. Nesse encontro, além das lideranças da nossa região, quer sejam políticas, quer sejam comunitárias, há também a presença de inúmeras entidades que para lá se dirigem para colaborar em todas as discussões, debates e formulações que ali são feitos. O "Encontro dos Povos do Grande Sertão" tem-se transformado num símbolo de resistência, de luta, de preservação não só da cultura sertaneja e dos traços culturais ainda vivos na nossa região, mas também, acima de tudo, num evento e num símbolo de resistência na proteção do cerrado brasileiro.

Reforço o convite aos Prefeitos da nossa região, do Vale do Uruçua, do Vale do Paracatu, às lideranças políticas, às lideranças comunitárias, às lideranças sociais, às lideranças religiosas, às lideranças sindicais. Espero que todos compareçam à Chapada Gaúcha, no Município de Chapada Gaúcha, amanhã, dia 13, na sexta-feira, no sábado e no domingo, no grande "Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas", para discutir, pensar e reformular as ações que estão ocorrendo naquela região.

Há alguns anos, com o apoio do Sebrae, foi desenvolvida a implantação de agências de desenvolvimento local nos diversos Municípios, para promover o desenvolvimento sustentável da região referente ao programa Delis, do Sebrae. A partir daí, houve outra iniciativa promovida pelo Ministério da Integração Nacional, no âmbito do programa das mesorregiões diferenciadas. Aliás, nossa região está em uma das 13 mesorregiões diferenciadas, que foram para receber o apoio do governo federal, a mesorregião de águas emendadas, que pega a bacia do Uruçua e a bacia do Paracatu, além de diversos outros Municípios do Distrito Federal e de Goiás.

Fruto dessa articulação e mobilização, a partir do ano de 2003, a Fundação Banco do Brasil, percebendo que ali havia um grau de organização diferenciado entre as várias organizações atuantes, criou uma sinergia e pontes intersetoriais com os poderes públicos estadual e federal, por meio de diversos ministérios, órgãos técnicos, universidades e fundações.

A Fundação Banco do Brasil elegeu o Vale do Uruçua para fazer um amplo projeto de desenvolvimento territorial.

O "Encontro dos Povos do Grande Sertão" vem recebendo apoio do Sebrae e da Fundação Banco do Brasil e se transformando num espaço de reflexão para o desenvolvimento sustentável do Vale do Uruçua, sobre as técnicas adequadas de manejo de solo, fundamentais neste momento, em que se discute a revitalização da bacia do Rio São Francisco, espaço esse que se vem transformando num espaço de formulação de políticas sociais voltadas para o desenvolvimento sustentável não só da nossa região, visto que também tem servido de laboratório para diversas outras iniciativas que estão surgindo em todo o território nacional.

A realização do VI Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas é uma iniciativa da Agência de Desenvolvimento Local e Integrado de Chapada Gaúcha, da Fundação Pró-Natureza - Funatura - e da Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha. O evento conta ainda com o respaldo da Agência de Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Vale do Rio Uruçua, do Sebrae, da Fundação Banco do Brasil e de diversos outros órgãos.

A programação consta de debates diversos e mesas-redondas diversas para tratar do desenvolvimento local e da participação coletiva. Nessa oportunidade, esperamos reunir todos os Prefeitos e lideranças políticas da região. O encontro será amanhã, às 17 horas.

Também será objeto da discussão a valorização das tradições culturais e regionais dos mestres de artes e ofícios do Vale do Uruçua, ou seja, a valorização das políticas públicas voltadas para o fortalecimento das manifestações culturais da região.

Haverá ainda a apresentação do Mosaico Sertão Veredas, do Peruacu, pela Funatura e pelo Ibama, além de várias oficinas que vão levar conhecimento para todos os que ali estiverem presentes. Também assistiremos a apresentações de grupos tradicionais da cultura popular da região de São Gonçalo, tais como folias de Reis, sussa, catira, manzuá, dança de roda, moda de viola, dança gaúcha e apresentação dos artesãos e das fiandeiras.

Portanto, mais uma vez, gostaríamos de convocar todas as lideranças dos Vales do Paracatu e do Uruçuia a participar do VI Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, a fim de reforçarmos o nosso compromisso com a difusão da cultura da cooperação, com o desenvolvimento sustentável regional e com a defesa do bioma do serrado, seja do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, seja dos diversos parques estaduais implantados, protegidos e defendidos na região.

A Agência de Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Vale do Rio Uruçuia estará presente coordenando um grande encontro com as lideranças comunitárias que participam da implementação do projeto de desenvolvimento sustentável apoiado pela Fundação Banco do Brasil, nas cadeias da mandioca, do mel, do artesanato, do turismo e da fruticultura tradicional e do cerrado, além da cadeia da piscicultura, que tem o apoio do Ministério da Integração.

É um momento importante, porque se fará um balanço geral do estágio do projeto de desenvolvimento da região e também se projetarão as ações a serem implementadas nas diversas cadeias produtivas, que já estão em curso na região. Nesse encontro, contaremos com a presença de representantes da Fundação Banco do Brasil e do Sebrae, dois grandes parceiros, e da Rede Mais, que realiza um bellissimo trabalho de mobilização social - aliás, esse trabalho conta com nosso apoio e nossa participação. A sigla "Mais" é traduzida pelas palavras "mobilização, articulação e integração solidária e sustentável". Essa rede utiliza elementos da cultura popular regional, como símbolos de religiosidade, e tem como figura central o São Francisco de Assis, não exclusivo da Igreja Católica. É o santo ecológico, é aquele que defende a natureza, a vida e a fraternidade universal. Portanto, por meio dessa figura, a Rede Mais apresentará todo esse esforço de sensibilização e mobilização para a participação em processos de cultura da cooperação e do desenvolvimento sustentável, levando sua contribuição ao encontro dos povos do grande sertão.

Gostaríamos de registrar que, na sexta-feira passada, com a presença do Diretor de Revitalização da Codevasf, Sr. Jonas Paulo, e dos Deputados Federais Virgílio Guimarães e Antônio Andrade, realizamos grande evento em Paracatu, em prol da revitalização da Bacias dos Rios Paracatu e Uruçuia. Foi assinado convênio de cooperação técnica entre o Instituto Estadual de Florestas - IEF - e a Universidade de Brasília - UNB -, para implantação do centro de referência da revitalização das Bacias dos Rios Paracatu e Uruçuia, no âmbito da revitalização do São Francisco. Entendemos que esse centro seja o instrumento necessário para articular e organizar as diversas iniciativas que estão em curso na região. Apresentamos ao Sr. Jonas Paulo um ofício com a assinatura da grande maioria dos Prefeitos e líderes presentes ao encontro, solicitando a implantação de escritório da Codevasf na região, com o objetivo de atender especificamente aos Municípios da bacia, para receber, de modo mais acentuado e efetivo, o apoio desse órgão, que concentra os recursos da revitalização do Rio São Francisco. Dessa forma, os recursos também poderão ser aplicados na nossa região, que tem o 1º maior contribuinte individual do São Francisco, o Rio Paracatu, e o 3º, que é o Rio Uruçuia.

Finalizo, Sr. Presidente, agradecendo a atenção de todos e reforçando o convite para participarem do VI Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, em Chapada Gaúcha, nos dias 13, 14 e 15 de julho. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, amigos da galeria, TV Assembléia, meus senhores e minhas senhoras, aproveito esta tarde para fazer algumas reflexões importantes que são de interesse do povo mineiro e do Parlamento. Como já foi lido nesta semana, recebemos na segunda-feira a presença do Desembargador Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça, que estava entregando à Assembléia mensagem do projeto de lei complementar referente à divisão judiciária do Estado de Minas Gerais; aliás, esse projeto já era aguardado por nós desde longa data. No ano passado, debatemos e discutimos sobre o Projeto de Lei Complementar nº 87, em várias audiências públicas. Tenho absoluta certeza de que é de grande interesse dos parlamentares a apresentação de emendas, beneficiando as comarcas, as varas judiciais e a tutela jurisdicional do nosso Estado. Sabemos quanto esse projeto é importante. Certamente, após o recesso, esta Casa promoverá debates e fará um esforço concentrado para que, no segundo semestre, possamos discuti-lo, aprová-lo e, conseqüentemente, encaminhá-lo ao nosso Governador para a respectiva sanção.

Senhores e senhoras, tenho certeza absoluta de que esse projeto virá num momento muito importante, já que, nesta semana, por meio de nomeação do Governador, mais de quatrocentos servidores do Tribunal de Justiça estão sendo nomeados às serventias, aos tabelionatos e aos Cartórios de Registro Civil, enfim, em decorrência da seriedade e da transparência do concurso público que ocorreu por meio desse Tribunal. Esse projeto é muito importante para esta Casa.

Neste momento, quero comungar com a Casa o interesse de todos nós, Deputados, debatermos o assunto, pois sabemos das dificuldades que estamos enfrentando, como a da falta de Juiz em comarcas e a de instalação de comarcas. No ano passado, quando debatemos, verificamos a dimensão da preocupação de todos que estão defendendo as suas bases e regiões.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Antes de tecer um comentário, digo que sou testemunha do esforço de V. Exa. ao longo dos anos passados, principalmente em relação a esse projeto. Parece que ele estava tramitando e depois foi retirado para um maior aperfeiçoamento pelo Poder Judiciário. Ficou o compromisso de ele retornar a esta Casa, para promovermos uma discussão. Chegamos a trabalhar muito nele, realizando audiências públicas e encontros com os magistrados. Foi um trabalho árduo que a Assembléia realizou. Parece que agora está retornando.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é importante trabalhá-lo e ter uma abertura do Poder Judiciário para que façamos um processo de negociação em razão do provimento de algumas varas que estão desprovidas, a criação de outras varas importantes em Municípios que possuem um acúmulo maior e, principalmente, a instalação das comarcas. Em Minas Gerais, seguramente várias comarcas foram criadas; aliás, quando isso acontece, cria-se uma expectativa muito grande.

Gostaria de citar apenas o Município de São João do Paraíso, no extremo Norte de Minas Gerais, 10km da divisa da Bahia. Criou-se essa Comarca de São João do Paraíso, e ficou a expectativa da sua instalação.

Fizemos audiências com o Tribunal de Justiça, por exemplo, e com outros que passaram pela Presidência, que estabeleciam metas. Diziam que, se fosse feita a cadeia pública local, instalariam a comarca. O Prefeito esforçava-se muito para que isso ocorresse. Lembro-me, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, de que o atual Prefeito, o Souza, disponibilizou mais de R\$370.000,00 de recursos da Prefeitura, os quais poderiam ter sido usados em outros setores, como saúde, educação, pavimentação, para construir uma minipenitenciária, uma cadeia pública. Isso foi possível com um esforço muito grande. Hoje ela está paralisada, porque não foi criada a comarca.

Então, é necessário que esse esforço que estamos fazendo, principalmente liderado por V. Exa., tenha a reciprocidade do Poder Judiciário. Caso contrário, são recursos aplicados e que não estão servindo para nada neste momento, porque a comarca não foi instalada. Exigiu-se casa para o Promotor, para o Juiz e a construção do fórum. Foram gastos mais recursos.

Daremos a nossa contribuição, mas é necessário que haja a reciprocidade e a abertura do Poder Judiciário. Parabéns!

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa., com certeza toda a Casa estará debruçada nesse importante projeto de lei

complementar, que é de interesse de todos os Deputados desta Assembléia.

Um outro assunto que me traz aqui, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, refere-se a um momento importante que vivemos nesta semana, na Comarca e no Município de Monte Sião.

Desde 1999, quando iniciamos a nossa atividade parlamentar, sempre buscamos, dentro deste Parlamento e junto ao governo, alternativas para o aumento do fornecimento de energia elétrica, por meio da melhoria da subestação no Município de Monte Sião, que já se tornou respeitada e conhecida como a Capital nacional do tricô. Temos lá mais de 2 mil malharias. Mas tínhamos um grande problema: a rede não suportava as inúmeras ligações, com máquinas modernas e tantas indústrias instalando-se dentro do próprio Município.

Iniciamos uma luta em 1999, quando lá esteve o então Governador Itamar Franco, que pôde tomar contato com essa preocupação de toda a população.

Posteriormente, aqui, nesta Assembléia Legislativa, inúmeras audiências foram realizadas. Esse processo, mais uma vez, foi desencadeado na audiência de agosto de 2003. Esteve aqui o Sr. Néelson Leite, representando a Cemig, e outros representantes da comunidade de Monte Sião, como a Associação Comercial e Industrial de Monte Sião - Acims -, que hoje recebeu o título de utilidade pública, assim como os Prefeitos Mário Márcio Zucato, José Rafael, atual Prefeito, e da Câmara Municipal. Toda a sociedade organizada esteve aqui reivindicando à Cemig o aumento de energia elétrica para suportar o consumo das malharias que estavam sendo instaladas naquele Município.

Nesta semana tivemos o prazer de, juntamente com o Deputado Bilac Pinto, majoritário no Município de Monte Sião, presentes todos os Diretores da Cemig, inaugurar a nova subestação naquele Município. Foi um projeto de mais de R\$12.000.000,00, que hoje tem a capacidade de receptionar mais mil malharias, além das já instaladas. Trata-se de uma subestação moderna, totalmente digitalizada, que, com certeza, acompanhará o desenvolvimento da nossa região. Ficou instalada em Monte Sião, mas dará suporte aos Municípios de Jacutinga e de Ouro Fino, minha terra natal.

Faço esse registro, porque a Assembléia Legislativa foi uma grande parceira, debatendo, discutindo, ouvindo todos os segmentos da sociedade. Estivemos em Monte Sião, bem como receptionamos aqui, nesta Assembléia Legislativa, todos os envolvidos no processo. Foi demorado, em vista da complexidade de instalação dessa subestação. Houve desapropriações de terrenos, problemas com fiação e embargos judiciais. Mesmo assim, conseguimos êxito nessa empreitada num momento importante e histórico para Monte Sião.

Quero saudar todo o Município de Monte Sião por ter ganho, desde segunda-feira, dia 9, a nova subestação da Cemig, uma das mais modernas no interior de Minas Gerais. Sem dúvida alguma, essa subestação contribuirá muito para o desenvolvimento do Sul de Minas e, especialmente, de toda a região, que temos o prazer de representar na Assembléia Legislativa.

Quero agradecer muito ao Dr. José Maria de Macedo, que representou o Presidente Djalma Moraes, e a todos os que puderam atender aos inúmeros apelos de nossa Comissão, dos parlamentares e, particularmente, da comunidade de Monte Sião, pela qual tenho o prazer de manifestar nossa alegria neste momento.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro. Gostaria de parabenizar V. Exa., que sempre está tão presente na Assembléia Legislativa, no Sul de Minas, em todo o Estado de Minas Gerais, realizando o seu trabalho e agora beneficiando esta cidade tão importante no nosso Estado: Monte Sião.

Ao citar Monte Sião, aproveito para lembrar o meu companheiro e amigo Oscar Bernardes. Tive a oportunidade de jogar com ele na Seleção Brasileira de Futebol. Grande amigo e próspero empresário em Monte Sião, gerando empregos, recolhimento de impostos para o Estado.

Ao saudar V. Exa., a Cemig e o governo do Estado de Minas Gerais, por mais esse investimento, aproveito também para saudar Monte Sião e meu amigo Oscar. Muito obrigado e parabéns.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado a V. Exa. Tenho a certeza absoluta de que a recíproca é verdadeira. Oscar tem por V. Exa. grande carinho, admiração e fraternal amizade.

Um outro assunto que quero trazer, Sr. Presidente, é o momento que vivemos, nesta semana, no gabinete do Dr. Maurício Campos, Secretário de Defesa Social. Há longo tempo, buscamos para o Município de Itajubá uma nova unidade prisional. Sabemos da dificuldade que temos hoje em relação às nossas cadeias. Itajubá tem sido alvo de fugas e motins, especialmente tantas e tantas inquietações da comunidade, uma vez que a cadeia pública dessa cidade se situa na parte central do Município. Trata-se de uma empreitada em que, há dois anos, temos trabalhado com o governo Aécio Neves, a Secretaria, as Polícias Militar e Civil, o Prefeito, a Câmara Municipal e o Poder Judiciário. Pudemos realizar inúmeras audiências. E, felizmente, na tarde de terça-feira, estiveram presentes, no gabinete do Secretário Maurício Campos, Benedito Pereira dos Santos, Prefeito de Itajubá; João Vítor, Presidente da Câmara; Dr. Selmo Silas de Souza, Juiz de Direito; Major Mutti, representando a Polícia Militar; Dr. Antônio Garcia, representando a Polícia Civil e a sociedade, quando pudemos ouvir de imediato a autorização do Secretário Maurício Campos para que se inicie o estudo do projeto, autorizando a construção da nova cadeia pública do Município e Comarca de Itajubá, uma vez que temos o terreno.

Tenho a certeza absoluta de que se trata de uma obra de aproximadamente R\$4.000.000,00, já autorizada, com orçamento garantido para a construção, tão logo o Deop inicie sua atividade. Essa cadeia será construída às margens da Rodovia BR-459, próximo a Itajubá.

Em nome do Município de Itajubá, do Prefeito, do Presidente da Câmara, dos Poderes constituídos, gostaria de agradecer ao nosso Governador, Aécio Neves, ao Vice-Governador, Antônio Augusto Anastasia, que tanto nos têm ajudado, e particularmente ao Secretário Maurício Campos, que, graças a sua sensibilidade, pôde determinar esse estudo e, conseqüentemente, a ordem dos serviços por meio de licitação. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma aspiração antiga da comunidade, em relação à segurança. Itajubá hoje é uma cidade universitária, sempre atenta ao problema local e dos alunos universitários, mais de 5 mil.

Há muito tempo, é aspiração e desejo de todos a construção dessa unidade prisional.

Quero registrar aqui este momento importante para o Município. Sem dúvida alguma, inúmeras audiências foram realizadas, e, com isso, todas as Lideranças estiveram no processo de maneira muito determinada. Quero, portanto, parabenizar as autoridades organizadas, que sempre estiveram aqui buscando esse grande momento para o Município. Fica registrado nosso reconhecimento por esse grande momento que a Comarca de Itajubá viverá com a nova unidade prisional. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, imprensa, funcionários da Casa e espectadores das nossas galerias, os principais jornais de ontem estamparam em suas manchetes a situação dos servidores designados, anunciando o envio de projeto de lei a esta Casa, pelo nosso Governador, Aécio Neves, que vinculará os servidores designados ativos e inativos ao regime de previdência do Estado. Essa vitória, além de ser uma conquista dos servidores, também é de todos nós, que acompanhamos e trabalhamos para que o caso deles fosse urgentemente solucionado.

Esse foi um trabalho que comecei no meu primeiro mandato nesta Casa, buscando, inicialmente, esclarecimentos e trabalhando para encontrar soluções para a situação funcional dos referidos servidores designados, principalmente os da área educacional, pois constituem a maioria, tendo apresentado diversos requerimentos ao governo do Estado, à Secretaria de Educação, à Secretaria de Planejamento e Gestão, pedindo providências para resolver definitivamente aquela situação.

Ainda tive oportunidade de solicitar audiência pública nesta Casa, à época como Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática desta Assembléia, mas ela não se realizou, a pedido do próprio governo, que estaria procurando outras soluções para o caso. Em decorrência de a referida audiência pública ter sido suspensa, em comum acordo com a Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG -, por meio da Presidente, Profa. Joana d'Arc, apoiada pela Federação das Associações de Pais e Amigos das Escolas Públicas de Minas Gerais - Fapaemg -, sob a liderança de seu Presidente, Sr. Mário de Assis, realizamos uma reunião com designados do Estado no Hotel Normandy, em 6/4/2006, quando tratamos do assunto dos milhares de servidores que não conseguiam ter seus direitos reconhecidos, principalmente no que tange à situação de aposentadoria.

Também participei de diversas reuniões com o ex-Secretário de Planejamento e Gestão, hoje Vice-Governador do Estado, nosso querido Antônio Augusto Junho Anastasia, para solicitar esclarecimentos e providências quanto à situação da aposentadoria daqueles servidores e à continuidade da manutenção dos contratos deles - milhares renovados ininterruptamente há mais de 20 anos -, em especial as professoras, os professores e os auxiliares de serviço das escolas, nossos queridos auxiliares das escolas estaduais.

Em 18/4/2006 apresentei nesta Casa outro requerimento de audiência pública para discutir a questão dos servidores designados da Uemg. Em 7/6/2006, fui a Brasília, acompanhado de um grupo de designados, que se dirigiram para a Capital do País em dois ônibus, sob a coordenação dos Presidentes da APPMG e da Fapaemg, e também com o meu colega Paulo Piau, hoje Deputado Federal. Na ocasião, nossa comitiva visitou todos os gabinetes dos Deputados Federais da bancada mineira e todos os Senadores por Minas Gerais. Aliás, por sugestão da Presidente da APPMG, Profa. Joana d'Arc, visitamos a Deputada Federal e Juíza de grande conceito Dra. Denise Frossard, no intuito de aproximar os ideais da APPMG, que são dos servidores, com o Poder Legislativo, para buscar solução, em nível federal, no Poder Legislativo do Congresso Nacional.

Apresentei, neste ano, o Projeto de Lei nº 1.004/2007, que estabelece aos servidores designados o direito de permanecer no Ipsemg Saúde no caso de serem remetidos ao Regime Geral da Previdência Social.

Solicitei também uma audiência pública na Comissão de Justiça para debater o referido projeto, com o objetivo de trazer a público a discussão do assunto, para não correremos o risco de o projeto ser considerado inconstitucional, sem o devido debate. O melhor de tudo é que esse projeto não precisou nem tramitar porque o governo de Minas Gerais já está reconhecendo os justos direitos desses servidores.

Agora, quero declarar publicamente, estou muito feliz, porque tudo que é feito com carinho, com determinação, com fé e, principalmente, por meio de trabalho em parceria, como foi esse, tem a chance de alcançar sucesso. Como ocorreu neste caso, os servidores venceram e a justiça está sendo feita, graças ao reconhecimento do governo do Estado, do Governador Aécio Neves, que teve sensibilidade, desde o primeiro instante, no início do seu mandato à frente do governo de Minas Gerais.

Esse meu trabalho veio a confirmar a minha luta constante em defesa de funcionários injustiçados, como mostra o ocorrido e também conseguido com sucesso dos ex-servidores da extinta MinasCaixa. Agora estou honrado por ter tido oportunidade de participar da defesa do grupo dos designados. Eles mereceram e merecem essa vitória. São trabalhadores sofridos, que se dedicaram e lutaram durante tanto tempo em defesa da educação e de outros setores do Estado e pelo sustento de suas famílias.

Outro projeto que tenho ainda em tramitação e que visa a beneficiar o funcionário público estadual é a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, que já está em ordem do dia e determina agilidade na apreciação dos processos de aposentadoria pelos órgãos do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado. Atualmente, se o processo não for analisado no tempo que a lei determina, ocorrerá a prescrição e ou decadência do direito de ser apreciado, determinando-se imediatamente o registro da aposentadoria do servidor.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 19 está para ser votada, e seu objetivo é determinar essa situação: se passar de cinco anos e o processo não for solucionado no Tribunal de Contas ou em qualquer órgão de aposentadoria do Estado, automaticamente o registro da aposentadoria do servidor terá de ser feito pelo processo de decadência ou prescrição. Isso ocorrerá após a votação dessa proposta de emenda e beneficiará, de imediato, cerca de 60 mil funcionários, que se encontram nessa situação e com essa necessidade.

Quando essa proposta de emenda à Constituição for votada nesta Casa, trará justiça a cerca de 60 mil funcionários, principalmente do Tribunal de Contas do Estado, que estão com suas aposentadorias pendentes há mais de cinco anos e que ainda não foram totalmente solucionadas. Parabéns a Secretaria de Educação, a Seplag e a sensibilidade do nosso Governador Aécio Neves. Minas Gerais, berço da liberdade, tem também um governo que valoriza o funcionalismo e que tem sensibilidade. Por esse motivo, trouxe essas duas reflexões ainda na tarde de hoje. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, concedo aparte ao Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Obrigado, nobre colega Deputado Durval Ângelo. Em razão da exigüidade do tempo, serei breve. Só gostaria de trazer uma informação que, na verdade, não é nova. Dada a preocupação com o nome, o zelo e a transparência, a Igreja Batista da Lagoinha fez publicar nos jornais de grande circulação, ontem, uma nota explicando uma notícia divulgada, no Brasil, a respeito de um fato ocorrido na Flórida, onde um moço, de nome Thiago, foi preso pela polícia americana, acusado de pedofilia, com testemunhas. A primeira notícia veiculada era de que se tratava de um pastor da Igreja Batista da Lagoinha na Flórida.

A minha fala, como o que já foi publicado pela imprensa, é para fazer uma correção. Esse moço, Thiago, nunca foi um pastor da Igreja Batista da Lagoinha. Ele mora nos Estados Unidos desde os 3 anos e prestava serviço a uma Igreja Batista americana. A divisão de um mesmo espaço por mais de uma igreja é comum nos Estados Unidos, em função de custo. Então, prestando serviço a essa outra igreja, eventualmente ele participava de alguns eventos da nossa igreja, que, como todos sabem, é aberta a todos que quiserem participar.

Somente à guisa de esclarecimento, gostaria de dizer que ele nunca foi membro da Igreja Batista da Lagoinha, muito menos pastor da Igreja Batista da Lagoinha. Muito obrigado, Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Perfeitamente.

Gostaria de fazer uso da palavra, nesta tarde, para abordar três assuntos bem delimitados. O primeiro foi uma correspondência que recebemos do Procurador de Justiça, Coordenador do CAO - Conflitos Agrários -, Sr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira. Na semana passada, tive a oportunidade de elogiá-lo pelo trabalho enorme que tem feito. (- Lê:)

"Belo Horizonte, 10 de julho de 2007. Sr. Deputado, o Pontal do Triângulo Mineiro foi novamente palco de ações de milícias armadas, notadamente no âmbito das Fazendas Cachoeirinha e São Vicente. Nesta última, os jagunços chegaram a atear fogo nos barracos, ocasionando queimaduras em uma vítima.

Diante de todo o quadro que envolve a violência no campo e na região, resolvemos deslocar-nos para a comarca, onde instauramos procedimento investigatório criminal, a par da instauração de inquérito policial pela Delegacia de Polícia Civil, e desenvolvemos diversas ações nos dias 6 e 7 do corrente mês e ano.

Em decorrência das atividades iniciais, preambularmente identificamos que as condutas delituosas partiram de 'seguranças contratados' perante a empresa Multi Service, alegadamente com sede em Uberaba e filial em Ituiutaba.

Dentro das ações desenvolvidas pelo Ministério Público Estadual, destacamos: '- vejamos como é importante a investigação do Ministério Público, particularmente dessa Promotoria, que é muito séria. Gostaria que os colegas prestassem atenção e percebessem a gravidade dos problemas do conflito de terra em Minas Gerais, notadamente no Norte e no Triângulo Mineiro.

' 1 - Obtenção de decretos de prisão temporária em face de quatro 'seguranças' da Multi Service, sendo dois deles efetivados,...' - então, dois seguranças foram presos - '... além de outro decreto, em face de um Coronel PM da reserva."

Não citaremos o nome desse Coronel, que está com prisão decretada e que se encontra foragido. Ele, que é um dos sócios da empresa, tentou criar obstáculos para a ação da Polícia Militar e do Ministério Público. O interessante é que ele se identificou como Coronel PM da reserva. Se a Corregedoria não pune, Deputado Sargento Rodrigues, o Ministério Público está punindo. Muitas vezes a barreira é muito tênue na atividade privada, em alguns casos de Oficiais superiores e atividade pública. Há um absurdo como esse. (- Lê:)

"2 - Obtenção de decreto de prisão em face do 'proprietário' da Fazenda Cachoeirinha, tendo logrado êxito na sua efetivação, pelo que procedemos à respectiva oitiva."

Temos aqui depoimento desse sócio da Fazenda Cachoeirinha, concedido ao Ministério Público, o qual é muito revelador. Há cinco anos, a Comissão de Direitos Humanos esteve em Uberlândia denunciando que a União em Defesa da Propriedade Rural - UDPR -, pretensamente de proteção da propriedade privada, é criminosa e tem milícias armadas. Existe ação já protocolada há cerca de quatro anos pedindo a extinção dessa entidade, e, quando pudermos divulgar o depoimento desse sócio da empresa, tenho certeza de que muitas pessoas do Estado de Minas Gerais e deste Plenário ficarão surpresas. (- Lê:)

"3 - Decreto de prisão de um advogado produtor rural que teria concorrido para a prática delituosa no âmbito da Fazenda São Vicente.

4 - Busca e apreensão na Fazenda Cachoeirinha, oportunidade em que foram apreendidas cinco armas longas, dentre elas uma de calibre 12, além de farta munição.

5 - Busca e apreensão na empresa Multi Service, quando foram apreendidos diversos bens de relevante valor probatório, como capuzes, porretes, recibos, etc."

A ação teve dois momentos, até contra o acampamento dos sem-terras. Houve a denúncia de que os seguranças estavam com capuzes. Quem usa capuz é bandido, e foram encontrados, dentro da empresa, os capuzes. (- Lê:)

"Na oportunidade, encaminhamos cópia dos documentos iniciais."

Não podemos, ainda, dar conhecimento público de alguns documentos, mas é interessante que a Comissão de Direitos Humanos tenha aprovado hoje requerimento dirigido à Polícia Federal pedindo para apurar irregularidades dessa empresa, Multi Service, assim como os procedimentos das armas ilegais que ela tinha, bem como a existência dos capuzes. Esperamos que a Polícia Federal aja com agilidade nesse caso.

Também aprovamos um requerimento, no mês de agosto, para apoiar essa ação do Ministério Público, que está tendo apoio prestimoso, além dos Conflitos Agrários - CAO -, de dois Promotores de Ituiutaba.

Em agosto, a Comissão estará na área dando apoio à ação do Ministério Público.

Aproveito para entrar no segundo assunto que abordarei, a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 17. A Casa agiu com soberania. O poder se exerce, não se prova. Não é preciso provar nada. A Assembléia Legislativa usou da sua prerrogativa de aprovar um projeto. Fui de uma bancada que votou contra, mas destaco a prerrogativa do Poder Legislativo, que está de parabéns.

Quero destacar também a sensibilidade deste Poder pelo fato de algumas questões que estavam no projeto, no 1º turno, serem flagrantemente inconstitucionais. Se tivéssemos o mecanismo das 24 horas, para ser avisado para qualquer ação de investigação, com toda a certeza, não teria ocorrido aquilo. Não se encontrariam as armas, os capuzes e não se provaria toda aquela irregularidade. A Assembléia teve a sabedoria de tirar essa limitação, que quero destacar.

Gostaria de fazer esse destaque, porque ontem fiz um apelo veemente. Mesmo os defensores do projeto tiveram a sensibilidade que levantamos aqui.

Destaco também que a norma, que era inconstitucional, porque não poderíamos tratar dessa matéria, mas daria muito problema, impedia o Ministério Público de promover ação penal. Foi bom-senso, de bom alvitre, que a Casa também retirasse isso do projeto. Como também aqueles quatro itens que possibilitavam a expulsão de alguém do Ministério Público em faltas que não estavam previstas na lei federal. Mesmo pensando que alguns aspectos do projeto ainda precisem ser burilados e abordados, fiz um apelo a vários colegas Deputados, a quem agradeço terem tido a sensibilidade de retirar isso do projeto.

Poder é assim. O poder se exerce; e o poder da Assembléia foi exercido. Que bom se a gente sempre tivesse essa atitude de exercício de poder. Mesmo contra a matéria mais polêmica, a chamada questão que alguns chamam erroneamente de foro privilegiado, mas só o Procurador-Geral pode iniciar qualquer investigação contra Deputado. É interessante que hoje, em relação aos Promotores e aos Juizes, as leis orgânicas já estabelecem isso. Elas têm limitações nesse sentido. No caso de Juiz, deve ser aprovado por 25 membros da Corte Superior. Não há inconstitucionalidade nessa matéria. Há decisões do Supremo Tribunal Federal nesse sentido.

Éramos contra, porque, em princípio, somos contra qualquer foro privilegiado. Acreditamos que todos devem ser julgados como cidadão comuns. E entendo que a Casa não votou nada inconstitucional. Elogiei ontem, e elogio hoje de novo, a atitude do Presidente da Assembléia Legislativa, pelo bom-senso com que conduziu todo esse processo.

A última questão diz respeito a um fato havido hoje na Comissão de Direitos Humanos, quando usei da prerrogativa do poder, como Presidente de uma comissão. Todos os convidados da Casa merecem total respeito. Deve haver uma atitude cortês e respeitosa. Quando vim para cá, estávamos apurando denúncias de tortura de policiais militares contra a Sra. Regina, que tem diversos parentes na família, ascendentes e descendentes, que são policiais militares.

Quando vim para votar o Projeto de Lei Complementar nº 17/2007, houve uma discussão que envolveu o Ten.-Cel. Domingos Sávio Mendonça; um cidadão que havia sido convidado para depor, se não me engano, de nome Cláudio; e o Promotor de Justiça, Dr. Spencer, da Promotoria de Direitos Humanos, que havia sido convidado pela Comissão.

Quando cheguei, fui chamado às pressas, pois o Ten.-Cel. Mendonça teria recebido voz de prisão por desacato e por ameaçar um cidadão. Ele, em contrapartida, também havia pedido a prisão do Promotor.

Temos de cumprir a lei. Conforme estabelece a lei orgânica, Promotor de Justiça só pode ser preso em flagrante por crime inafiançável, mas o crime não era inafiançável. Dessa forma, o Ten.-Cel. Mendonça não cumpriu a lei, não agiu de acordo com a lei. Portanto ele não poderia ter agido dessa forma. Consultei os funcionários da Assembléia que estavam no grupo de apoio, o que, para mim, é referência fundamental. Eles afirmaram que o Ten.-Cel. Mendonça agiu da forma alterada e agressiva, e a prisão só poderia ser mantida, caso a Presidência confirmasse. Eu disse que concordaria, se houvesse um acordo entre eles, ou seja, se o Promotor retirasse o pedido de prisão. Como ele não retirou, eu a mantive.

Hoje houve um espetáculo deprimente na Comissão, mas a reunião foi realizada na sua íntegra, e concedemos a palavra a todos. O Ten.-Cel. Mendonça foi detido aqui, por essa razão. Não se trata de crise institucional com polícia nenhuma, mas de prerrogativa de Poder. Meu velho pai dizia que quem abaixa muito a cabeça, acaba mostrando outra parte do corpo. Na Assembléia Legislativa, a comissão é conduzida pelo Deputado que a preside, e deve haver uma postura séria, uma condução correta, não pode haver nenhum tipo de abuso. Agimos de acordo com a prerrogativa do Poder, e eu estava ali representando o Poder.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Ilustre Deputado Durval Ângelo, estávamos acompanhando a votação em Plenário, quando também fomos chamados pelos seguranças para comparecer àquela Comissão, pois havia um clima entre o Promotor e o Ten.-Cel. Mendonça. Confesso que fiquei surpreso, pois o Promotor não tem competência legal para efetuar prisão dentro desta Casa.

O Deputado Durval Ângelo\* - Mas o Deputado reafirmou a decisão.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Sei disso perfeitamente. O Promotor de Justiça que deu voz de prisão no Poder Legislativo não tem essa competência. Temos uma polícia interna, que obviamente obedece aos membros do Poder, que são os Deputados, e V. Exa. presidia a reunião. Quando V. Exa. ratifica, significa que quem prendeu, na verdade, foi V. Exa., e não o Promotor, pois ele não pode fazer isso aqui dentro.

O Deputado Durval Ângelo\* - Assumo "in totum" a afirmação de V. Exa.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Volto a insistir: houve um exagero do Promotor, pois o Ten.-Cel. não ameaçou ninguém. Ele discutiui de forma calorosa com outro cidadão, e o Promotor entendeu que ele havia ameaçado. Trata-se de um crime de ação condicionada privada, que depende, aliás, de representação da vítima. Sou testemunha do Ten.-Cel. Mendonça, pois o acompanhei até a Delegacia de Juizado Especial Criminal, e acompanharemos o fato de perto.

Alerto V. Exa., assim como alertei várias vezes os Deputados João Leite e Ruy Muniz: infelizmente, V. Exa. é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e prima diuturnamente pela defesa das garantias e dos direitos fundamentais previstos na Constituição da República. Acredito que V. Exa., ao referendar a voz de prisão, incorreu em erro, porque a prisão decretada pelo Promotor foi um exagero de acordo com o que presenciei, com o que vi e ouvi, e as pessoas que consultei também alegam que o Promotor exagerou. Se ele exagerou e cometeu excesso, V. Exa. acabou incorrendo em erro, tendo em vista a atitude do Promotor. Faça esse registro.

O Deputado Durval Ângelo\* - Respeito totalmente a sua opinião.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Também respeito totalmente V. Exa., mas volto a insistir: o Ministério Público não pode prender ninguém nesta Casa. Mais uma vez, o Promotor exagerou na dose, assim como alguns Promotores têm exagerado na dose em algumas partes deste Estado, e isso já foi registrado por mim em Plenário. Obrigada.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - Vou até abrir mão da minha fala, Deputado, porque o assunto que iria abordar era relativo a essa questão de o Promotor ter dado voz de prisão.

Não estou aqui para tirar a autoridade de V. Exa., pois a prerrogativa é sua. Apesar de o Coronel ter errado, foi tomada a providência devida.

O fato de um Promotor, dentro da Assembléia Legislativa, dar voz de prisão sabendo que isso não é prerrogativa sua, realmente, o ato não somente compromete o Promotor, mas também o próprio Ministério Público.

O Deputado Durval Ângelo - Respeito a sua opinião, Deputado Gilberto Abramo, mas o nosso entendimento é que convidado em comissão é sagrado, ou seja, tem de ser respeitado na sua plenitude.

Há cinco anos venho presidindo essa Comissão e garantindo a boa ordem dos trabalhos. Essa é a minha maneira de agir, ou melhor, é uma norma constitucional.

Gostaria de reafirmar o que já disse aqui, na semana passada. O Ministério Público tem sido o grande parceiro da Comissão de Direitos Humanos, em muitas ações. Essa parceria deverá ser mantida.

Fizemos ver, e o próprio Coronel reconheceu, numa intervenção ao final, que esta Presidência havia agido corretamente. Antes de se deslocar para o Juizado Especial, ele também assim reconheceu e deu razão a esta Presidência.

Participamos de muitas reuniões bem complexas e conflituosas neste Estado, em relação aos conflitos de terra. Precisamos exercer a nossa autoridade dentro deste Poder. Então, não foi o Promotor, e sim este Deputado quem ratificou uma ordem que ele havia dado. O Deputado Sargento Rodrigues está correto. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rêmolo Aloise\* - Sr. Presidente, Deputado Tiago Ulisses, Deputados que compõem a Mesa desta Casa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, minhas senhoras e meus senhores, vou usar a tribuna desta Casa para fazer um comentário bem rápido, devido à economia do nosso Presidente em relação ao art. 70.

De uns meses para cá, os nossos colegas Deputados que têm presidido as reuniões têm sido de uma economia fora do comum para conceder a palavra pelo art. 70 aos oradores. Faço essa ponderação não querendo criticar, mas apenas para lembrar aos Presidentes que o nosso Regimento Interno é bem elástico no art. 70, tanto é assim, que ele existe exatamente para dispensar a nós, parlamentares, um tempo maior para expor, explicar, debater e tirar conclusão daquilo que se traz a esta tribuna para o povo de Minas Gerais.

O Deputado Tiago Ulisses é um Deputado de grande futuro e filho de uma grande colega nossa, colega principalmente deste Deputado, que conviveu com a Deputada Maria Olívia por mais de 16 anos. Portanto, solicito a V. Exa. que retifique o tempo concedido, dando-me, pelo menos, 20 minutos para a minha exposição. Já falei durante 4 minutos, então, se V. Exa. concordar com os 20 minutos, ficarei muito grato. Devido ao brilhantismo da mentalização das minhas palavras, poderá, sim, conceder-me.

O primeiro assunto é de suma importância. Há algum tempo, no governo Itamar Franco, instalamos a 48ª Delegacia Regional de Polícia Civil na minha terra natal. O prédio era pequeno e acomodava um número pequeno de funcionários e presos. No governo do Dr. Aécio Neves, tivemos a grata satisfação de estadualizar a Polícia Civil da minha terra natal. Quero deixar aqui o meu agradecimento ao Governador, por já ter praticado a estadualização da cadeia pública de São Sebastião do Paraíso, fazendo sua ampliação - vou um pouco mais -, colocando mais 60 cargos à disposição daquela regional, com o objetivo de combater o crime, principalmente o organizado, Gilberto.

Estamos na fronteira com São Paulo: à nossa direita, está Franca, e, à nossa esquerda, Ribeirão Preto, duas cidades que têm alto índice de tráfico de drogas. Quando o traficante é perseguido, tem dois caminhos a seguir, e minha terra natal é o foco desse caminho. Portanto vejo essa medida do Governador de modo muito positivo e agradeço ao Secretário de Segurança a sensibilidade que teve ao atender a nosso pedido, estadualizando a cadeia e abrindo 60 vagas para que possamos diminuir este grave problema que nos aflige, que é o tráfico de drogas, e outros relacionados com a segurança.

O outro assunto não é muito agradável. Na tarde de hoje, minha terra natal perde um hospital. Há alguns meses, possuía três hospitais, sendo um deles o Sagrado Coração de Jesus, dirigido por meus filhos - não vou falar sobre isso, porque é coisa do passado. O que se passou está apagado. Lamentavelmente, outro hospital, que construí em 1980 e transferei a um grupo de médicos, também encerrou suas atividades - ele atendia pelo SUS. Após estudos, chegaram à conclusão de que, infelizmente, já não é possível atender pelo SUS. Sendo assim, tomaram a decisão, e fui comunicado. Lamento que, em menos de um ano, dois hospitais de uma cidade tenham sido fechados. Restou apenas um, Deputado Getúlio Neiva. Quem tem um hospital dificilmente leva à frente questões relativas à saúde - são tantas e tantas que ficaria aqui por muitos minutos para relatar o que é o SUS de hoje.

Lembro-me de que, em 1994, quando o plano foi implantado, o Inamps pagava R\$23,00 por uma consulta. Hoje, passados mais de 13 anos, paga-se uma média de 2,5 a 7,5. Houve uma defasagem de 300% no menor procedimento do Sistema Único de Saúde, que é o do estetoscópio e do aparelho de pressão, deixando, às vezes, o termômetro de lado.

Lamento o que tem havido e deixo aqui registrada minha tristeza, porque perdemos dois hospitais que farão uma falta imensa; todavia vamos ver por onde podemos reconduzir esse processo para dar assistência aos mais necessitados.

Complementando o meu pronunciamento: hoje um colega está completando 54 anos. É um brilhante Deputado que chegou a esta Casa, tribuno de primeira qualidade, homem de coragem que veio para ficar, que nos dá ainda o prazer de ouvi-lo e assisti-lo por meio do Canal 23 todas as noites, com exceção das noites de sábado e domingo, mas com reprise aos domingos. Vanderlei, um abraço fraterno deste seu amigo! Que Deus o ilumine para que possa transmitir tudo aquilo que vem transmitindo a todos nós, desta Casa!

Antes de conceder aparte ao nobre Deputado Getúlio Neiva, peço permissão ao Deputado Durval Ângelo para apresentar algumas posições já apontadas nesta tribuna.

Para mim, Durval Ângelo é um Deputado brilhante. Nos corredores desta Casa, muitos me perguntam qual o motivo de eu ter grande afinidade com ele. Não tenho dúvida alguma em responder. Vejo no Deputado Durval Ângelo alguém com a máxima e absoluta aptidão para desempenhar este tão difícil sacrifício: a função de Deputado. Deputado de coragem e de garra, que, aliás, tem vários filhos e já teve várias mulheres, mas hoje está com uma única, que é sua querida esposa.

Deputado Getúlio Neiva, um homem de experiência. Hoje, pela manhã, tivemos um grave atrito neste Plenário. Cheguei perto dele e lhe disse: "Não acho correto o PT votando contra o aumento das diárias e das indenizatórias". V. Exa. citou uma palavra aqui: "obstaculizar". Não sei como também tropecei nessa palavra. Tivemos aqui um debate, e disse: "Votam contra e ainda querem encaminhar? Ora, por favor! Isso é matéria vencida. Para mim, já está sepultada! O Projeto de Lei Complementar nº 17 já está com redação final. Essa é matéria do passado. Vamos para frente". Naquele ímpeto, disse-me: "Não quero conversa com V. Exa. Vamos obstruir tudo". Respondi-lhe: "tudo bem"! Saiu daqui às pressas e foi até à Comissão de Direitos Humanos. Quando lá chegou, deparou com um fato que aconteceu pela primeira vez nesta Casa. Um Promotor de Justiça decreta - não sei se o termo é esse...

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deu voz de prisão.

O Deputado Rêmolo Aloise\* - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. entende dessa matéria muito mais do que eu; aliás, entendo de medicina, não muito bem dessas questões relativas aos policiais. Um Promotor de Justiça deu voz de prisão a um Coronel da Polícia Militar. Vejam bem, senhores! Deputado Getúlio Neiva, ao mesmo tempo em que esta Casa vota um projeto de lei complementar do Ministério Público, outro fato ocorre em uma das suas Comissões. Aí vem a dúvida suscitada pelo nobre Deputado Gilberto Abramo: "Será que um Promotor de Justiça tem poderes ou competência para dar voz de prisão a quem quer que seja nesta Casa?".

Surge uma grande interrogação. Vem, então, a sabedoria de um Presidente de comissão assumindo aquele fato, com direito e com razão, determina voz de prisão, com justificativa, com fundamentação, acima de tudo. Não poderia ser diferente, caso contrário esta Casa se agacharia e mostraria muito mais do que a posição terminal da região pélvica, que V. Exa. sabe como se chama.

Meus parabéns. V. Exa. agiu bem. Todas as vezes que esse fato se repetir nesta Casa, que essa postura seja exemplo para os demais Presidentes de comissões tomarem as decisões devidas.

Matéria extinta, matéria morta e que já está encaminhada a V. Exas., que deverão decidir se a voz de prisão foi correta ou não. Foi dado o legítimo direito da defesa que V. Exa. colocou naquela questão.

Caro Tiago, faltam-me 1 minuto e 7 segundos, mas é o suficiente para eu concluir.

Com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 17, quero, desta tribuna, deixar claras, límpidas e transparentes as minhas palavras. Jamais, Getúlio, em hora alguma, durante a votação da referida proposição, esta Casa agiu com individualidade ou com interesses pessoais. Direi a V. Exa. o porquê. Há alguns Deputados desta Casa, não poucos, que têm problemas, sim. Aquele que milita na política, se não passar por alguns processos, não terá a experiência do que é responder por denúncias a ele imputadas. Mas aqui não estiveram para votar o Projeto de Lei Complementar nº 17.

Vem aí, então, a prerrogativa, que não foi votada por individualidade partidária ou de qualquer um dos Srs. Deputados. Foi votada, sim, porque há necessidade, porque chegou a hora.

Deputado Sargento Rodrigues, tudo na vida tem a sua hora. Há o tempo de sorrir e há o tempo de chorar. Há o tempo de matar e há o tempo de perdoar. Afinal de contas, há até a hora de morrer, porque assim está escrito. Nada será mudado.

Para não comprometer os 20 minutos do Presidente Tiago Ulisses, já vou concluir.

Espero que este seja um novo dia para este Parlamento. Aos Deputados que participaram na sua totalidade para que esta Casa se colocasse como um animal vertebrado, na posição correta, com a coluna cervical ereta, olhando olho a olho, face a face, deixo aqui o meu testemunho de 17 anos.

Sinto-me o mais honrado e o mais gratificado de todos os Deputados desta Casa, porque agimos com correção, com certeza. O futuro, Getúlio, será outro a partir de hoje.

Tenho certeza absoluta de que nenhum direito, nenhum dever do Ministério Público foi retirado, mas foi, sim, dado um grande alerta para que aquilo que estava sendo cometido de maneira incorreta, irresponsável, trazendo aborrecimentos familiares, não seja praticado como ontem.

Ao terminar, deixo a minha última palavra sobre o Projeto de Lei Complementar nº 17. Não queiram denegrir processos desses Deputados que estão no Ministério Público, chamando-nos à guerra. A nossa guerra já se encerrou. Vamos para a frente, pois temos muito a construir, mas, se vierem de uma maneira baixa, terão a resposta. Temos instrumentos para dar essas respostas; e muitos. Vamos ter, daqui para a frente, um diálogo construtivo, objetivo e, acima de tudo, respeitoso, entre os três Poderes e a instituição Ministério Público.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. a tolerância de ter ouvido o que disse. Há muitas pessoas que não são obrigadas a ouvir o que falamos, e há outras que não precisam falar para quem não quer ouvir, mas me senti na obrigação de falar para quem quer ouvir e também para aqueles que não o querem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Tiago Ulisses) - A Presidência agradece as gentis palavras do Deputado Rêmolo Aloise a este humilde Deputado e à ex-Deputada Maria Olívia, e reconhece em V. Exa. um dos mais democráticos Deputados que presidiram esta Casa em seus trabalhos.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo Sr. Presidente e nobre Deputado Tiago Ulisses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, uma boa-tarde a todos e a todas que nos ouvem e nos assistem. Para tudo há seu tempo, para cada coisa há seu momento debaixo do céu, como bem lembrou o nobre Deputado Rêmolo Aloise. Esta Casa soberanamente tomou a sua posição. A maioria votou favoravelmente ao projeto; nós, que fazemos parte da Minoria, votamos contrariamente. Cumprimos o nosso dever institucional. O tempo agora é o dos próximos 15 dias. A bola está com o Exmo. Governador Aécio Neves. Será o próximo capítulo dessa novela.

Sr. Presidente, não venho à tribuna para falar do Ministério Público, mas para tratar de outros dois assuntos que dizem respeito ao nosso querido povo.

Dois importantes eventos merecem registro nesta tribuna, o 5º Congresso do MST e o 50º Congresso da UNE.

Foram quase 18 mil trabalhadores rurais sem-terra reunidos em Brasília, entre os dias 11 e 16/6/2007, para participar do 5º Congresso Nacional do MST. O encontro teve trabalhadores de 24 Estados do Brasil, 181 convidados internacionais, representando 21 organizações camponesas de 31 países, e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades.

Aprovaram 10 moções públicas. Entre elas, a moção parabenizando Orcar Niemeyer pelos seus 100 anos de vida, a serem completados no dia 15 de dezembro, e a carta a D. Pedro Casaldáliga, confraternizando por sua luta em prol das comunidades indígenas e dos lutadores pela reforma agrária.

Em um clima de muita poesia, as atividades do 5º Congresso do MST finalizaram na sexta-feira, dia 15 de junho.

Além do estudo sobre os valores humanistas que norteiam a organização e da bela mística de encerramento, o Movimento reafirmou a necessidade de fortalecer as alianças com movimentos da cidade e de lutar contra o atual modelo econômico, condições primeiras para que o programa de reforma agrária, discutido durante o Congresso, tenha possibilidades de concretização.

No próximo período, o MST vai priorizar o fortalecimento de alianças com setores organizados e ampliar o diálogo com a sociedade para defender a mudança no modelo econômico, que concentra poder e riqueza, atinge os trabalhadores e traz consequências quase irreversíveis ao

meio ambiente.

O documento final aprovado pelo V Congresso - organizado em 18 pontos - é uma agenda propositiva e será apresentado às organizações populares. No texto, estão pautados temas como a defesa dos direitos dos trabalhadores, o combate às transnacionais do agronegócio, a limitação do tamanho de propriedade rural, o fim do trabalho escravo e da violência no campo e a desapropriação de latifúndios de empresas estrangeiras e bancos. A carta também enfatiza a questão ambiental, ao defender a preservação da biodiversidade da água e das florestas. O MST, que tem na educação uma das suas prioridades, também defende o acesso dos trabalhadores à educação e propõe uma campanha pela erradicação do analfabetismo no Brasil. Como forma de romper com o monopólio da mídia, a carta defende a democratização da comunicação, por meio da criação de meios comunitários como rádios e TV.

O MST também reafirma, no documento, sua posição contrária à transposição do Rio São Francisco e defende o controle dos camponeses sobre os agrocombustíveis. No segundo semestre, o Movimento também se dedicará, com outras organizações, à realização de um plebiscito popular pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, além de outras agendas em comum que serão construídas em outros movimentos de trabalhadores.

Outro fato de fundamental importância: o 50º Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE -, que elegeu, nesse último domingo, 8 de julho, a estudante de jornalismo gaúcha Lúcia Stumpf para a presidência da entidade, após 15 anos de hegemonia masculina no cargo. Ela foi eleita Presidente durante o encerramento do 50º Congresso Nacional da entidade, realizado em Brasília, desde o último dia 4. O encontro reuniu cerca de 8 mil estudantes e delegados da UNE, de todos os Estados brasileiros. Lúcia Stumpf substituiu Gustavo Petta, na liderança da entidade. Ela começou a estudar jornalismo em 1999, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em 2003, transferiu-se para São Paulo. Hoje ela está matriculada no 7º semestre do curso de jornalismo da FMU.

Segundo a nova Presidente, a prioridade da UNE é lutar pela melhoria das universidades públicas no País, pela regulamentação do ensino privado e pela garantia de um plano nacional de assistência estudantil. Na plenária final do Congresso da UNE - momento em que todos os participantes do encontro votam as propostas consensuais e divergentes elaboradas pelo conjunto dos estudantes a partir dos debates, seminários e grupos de discussão realizados durante os primeiros dias do encontro -, foram aprovadas resoluções da Jornada Nacional de Lutas, programada para o mês de agosto. O objetivo é realizar atos, passeatas e protestos, em conjunto com outros movimentos sociais, para comemorar os 70 anos da UNE - que serão completados no dia 11 de agosto - e exigir um Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Na votação sobre a política nacional, os estudantes afirmaram a continuidade da pressão que deve ser exercida sobre o governo Lula; reforçaram o pedido de demissão imediata do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, reivindicando mudanças na política econômica, com o fim do aperto fiscal e juros altos. Depois de um amplo debate, a plenária aprovou a autonomia e a independência da UNE diante do governo Lula, a defesa de greve de estudantes e ocupações de reitorias, como forma de protesto, e a ampla liberdade de organização estudantil.

Na luta por um mundo melhor, o meio ambiente será pautado com mais força na próxima gestão. Debates e seminários sobre o tema devem ser realizados, para que a UNE possa acumular conhecimento e dividir opiniões com outras entidades, organizações e frentes de defesa da biodiversidade nacional.

Os estudantes vão intensificar as pressões junto ao Congresso Nacional, para que o projeto da reforma seja desengavetado e votado o mais rápido possível. A UNE quer que a proposta volte à pauta do dia dos parlamentares para garantir que ainda neste ano a educação privada, por exemplo, possa contar com novas formas de regulamentação.

Os estudantes decidiram também dar continuidade às "frentes de caça aos tubarões do ensino", numa referência aos donos das universidades particulares que são denunciados por irregularidades como o abuso no aumento das mensalidades.

Sobre a conjuntura internacional, a maioria votou por uma proposta que defenda a soberania nacional e o apoio à intensificação do processo de integração dos povos da América Latina. Ficou ainda decidido que a luta pelo passe livre estudantil será mantida. A obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia na educação básica será uma bandeira de destaque na próxima gestão. Além disso, as lutas contra a evasão escolar e a implementação imediata de um programa nacional de assistência estudantil e pela autonomia universitária continuarão em pauta.

O tema do meio ambiente, debatido durante esse congresso e já presente na história da entidade, haja vista a campanha "A Amazônia é do Brasil", vai ganhar destaque na próxima gestão e será baseado na defesa da maior floresta tropical do Planeta, a floresta amazônica.

Em relação às políticas públicas para a juventude, a UNE vai manter a postura contrária à redução da maioria penal e contra a exploração de estagiários como mão-de-obra barata. Na tentativa de ampliar os direitos humanos e evitar mortes de jovens por execução, foi aprovada a revogação da Lei de Crimes Hediondos e a utilização de veículos conhecidos como "caveirões", no Rio de Janeiro. O pedido de abertura dos arquivos da ditadura e de punição dos envolvidos em crime de tortura foi mantido.

A diretoria de inclusão digital vai continuar defendendo a utilização do "software" livre e da licença Creative Commons. Para garantir a democratização da comunicação, a UNE vai apoiar, na próxima gestão, a criação de um sistema nacional de TV e rádio digital e se manterá ao lado dos meios de comunicação alternativos.

Segundo resoluções do congresso, a reeleição de Lula, para além de impedir o retrocesso, foi uma vitória importante. A polarização de projetos, em particular no segundo turno, fez com que a candidatura de Lula assumisse compromissos mais abertamente desenvolvimentistas, como a ampliação das políticas sociais, a necessidade de crescimento acelerado, a geração de empregos, a distribuição de renda e o protagonismo do Estado como indutor do desenvolvimento.

De um lado, demonstrou que o povo rechaça a volta dos neoliberais e suas políticas, como atestaram o isolamento de FHC na campanha tucana e a necessidade que Alckmin teve de negar quaisquer intenções privatistas.

Representou também uma derrota das elites e da grande mídia. Os grupos que controlam os grandes meios de comunicação, já em meados do primeiro mandato e mais ainda na campanha eleitoral, não titubearam na posição de servir de instrumento dos setores conservadores na política nacional, numa tentativa de recuperar o fôlego da direita neoliberal. Derrotados, buscam acuar o governo e comprometer a nova gestão.

A resposta para a superação dos limites do primeiro mandato do Presidente Lula está colocada. A candidatura de Lula colocou-se como portadora de um projeto alternativo ao neoliberalismo, representando os anseios dos movimentos sociais e da maioria dos trabalhadores. Graças a isso pôde, no segundo turno, reaglutinar uma parcela da esquerda afastada devido às limitações expostas nos primeiros quatro anos. No entanto, os primeiros meses do novo mandato de Lula mostram um governo que ainda precisa resgatar o projeto de reconstrução do Estado nacional. Há um grande avanço, quando o governo lança o PAC, visando a um investimento de mais de R\$500.000.000,00 em infra-

estrutura e nas áreas sociais, contribuindo para a geração de empregos. Mas ainda precisa superar os preceitos neoliberalizantes na política macroeconômica, como a política monetarista de juros estratosféricos, a política fiscal de superávit reforçando a submissão à ditadura do capital financeiro-especulativo. Por isso a UNE defende a demissão imediata de Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central. Por um lado, o Presidente acerta ao vetar a Emenda nº 3, uma reforma trabalhista enrustida, mas, por outro, o governo sinaliza com uma nova reforma da Previdência e com restrições inaceitáveis ao direito de greve do funcionalismo e o limite de reajuste para funcionários públicos federais.

Em suma, para a UNE, cabe ao movimento social, particularmente ao movimento estudantil, ampliar seu papel mobilizador e radicalizar na cobrança dos compromissos assumidos na campanha à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva: fazer a reforma universitária dos estudantes; as reformas agrária e urbana que atendam aos camponeses e aos que lutam por moradia nas grandes cidades; realizar uma reforma política que amplie a democracia, como o orçamento participativo nacional, a participação popular e o combate à corrupção; avançar na democratização dos meios de comunicação; e lutar para que o Brasil cresça e se desenvolva com geração de empregos e distribuição de renda. Parabéns aos trabalhadores rurais sem terra, à nova direção do MST e ao conjunto dos estudantes brasileiros. Parabéns ao MST e à UNE. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham aqui na Casa do povo mineiro ou pela TV Assembléia, ao cumprimentá-los manifesto minha satisfação de ver que nos aproximamos da conclusão dos trabalhos do primeiro semestre. Há uma previsão regimental de um recesso de duas semanas, período em que muitos de nós estaremos empenhados em trabalhar um pouco mais. Eu visitarei várias regiões de Minas. Estarão interrompidos, portanto, apenas os trabalhos do Plenário.

Com satisfação, constatamos que a Assembléia acumula uma série de resultados positivos no primeiro semestre, mas temos pela frente um enorme trabalho que nos aguarda para o segundo semestre.

Com certeza, na semana que vem votaremos a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Digo que acumulamos resultados positivos porque recebemos nesta Casa, desde a semana passada, uma série de projetos extremamente importantes para todos os mineiros. Com certeza eles não chegaram até aqui por mero caso. Há projetos de iniciativa do Poder Executivo e um extremamente importante do Poder Judiciário, que vêm sendo objeto de debates calorosos nesta tribuna e nas comissões e de apelos para que o mais breve possível chegassem a esta Casa.

Refiro-me primeiro ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, de autoria do Poder Judiciário. O Deputado Ademir Lucas, com certeza, aguardava-o ansioso, preocupado com as questões de toda Minas Gerais, especialmente de Contagem.

Eu, da mesma forma, já o aguardava ansioso, preocupado não apenas com a minha Divinópolis, mas com todo o Estado de Minas Gerais, com as cidades do Centro-Oeste mineiro, do Campo das Vertentes, onde acompanho, de perto, a vida da nossa população. Sei que a estrutura do Judiciário padece e requer uma reestruturação para melhor atender os seus jurisdicionados, os seus cidadãos. Isso porque, em 2001 foi a última vez que se alterou a lei que organiza e estabelece a divisão judiciária do Estado, com pequena alteração posteriormente. Trata-se da Lei nº 58, de 2001, que estabelece as responsabilidades e a organização do Judiciário, a começar pela Corte Suprema de Minas Gerais, das funções e responsabilidades dos seus Desembargadores, chegando à organização de todas as comarcas do Estado, com divisão em primeira e segunda entrâncias e entrâncias especiais, suas funções, número de varas, responsabilidades de cada Juiz e servidor. Essa lei também estabelece os limites e alcances de cada comarca. Mas a vida de um Município e de um Estado é dinâmica, a situação muda. Cidades como Nova Serrana têm crescimento assustador e não podem receber hoje o mesmo tratamento de uma década atrás. A realidade é outra. É preciso criar mais varas, trazer mais Juizes, estruturar melhor o Judiciário para que preste atendimento adequadamente. E isso precisa ser regulamentado por lei. Essa lei vem sendo reclamada por nós. Por isso digo que ela não chegou aqui por acaso. Não quero dizer que não houve o desejo do Tribunal de Justiça, mas, a bem da verdade, eu mesmo estive com três Presidentes desse Tribunal nos últimos anos.

Sr. Presidente, prezado e jovem parlamentar Tiago Ulisses, por mais de uma vez, a senhora sua mãe, nossa grande batalhadora Deputada Maria Olívia também o fez, preocupada com a situação de diversas comarcas mineiras. Fazia cobranças, ou seja, fazia o nosso papel, que não é apenas legislar e fiscalizar, mas representar e trazer as reivindicações dos nossos concidadãos.

Fomos lá mais de uma vez, chegamos a votar alguns projetos do Tribunal de Justiça em um processo de acordo com o Tribunal, pois esta Casa não suportava mais a demora da reestruturação do Judiciário no interior. E esse é o sentimento de grande parte dos Juizes e dos funcionários da Justiça, de que é preciso atualizar a sua estrutura, criando mais varas e designando mais profissionais.

Cito um exemplo, que haverei de emendar no projeto de imediato. Divinópolis é uma comarca cujo volume de processos e de atividades se equipara ao de outras grandes cidades, como Montes Claros, Uberaba e Uberlândia. Curiosamente, Divinópolis, do ponto de vista hierárquico, na condição de segunda entrância, equipara-se às cidades de 30 mil habitantes, que possuem dois Juizes, duas varas. E esse é um dos pré-requisitos para passar de primeira entrância para segunda entrância na estrutura do Judiciário. Mas Divinópolis tem 16 varas de Justiça instaladas: varas da criança, do adolescente, da família, criminal, etc., o que representa uma enormidade de serviço, um volume muito grande de trabalho. A cidade possui mais de 200 mil habitantes, e já fomos inúmeras vezes ao Tribunal de Justiça fazer um apelo para que o projeto viesse a esta Casa, já garantindo a condição de entrância especial.

Ou seja, um "status", um nível - não apenas um "status" no sentido de prestígio -, uma posição hierárquica que dará uma condição de número de Juizes, de servidores e de condições de funcionamento à altura de uma cidade grande, como é Divinópolis, como é a nossa metrópole do Centro-Oeste mineiro.

Fui várias vezes ao Tribunal de Justiça, acompanhado de Juizes e Promotores, fazer nosso apelo para que o projeto já viesse garantindo essa condição a Divinópolis, mas infelizmente, mais uma vez, o projeto veio estabelecendo que apenas cidades com mais de 250 mil habitantes podem ser distinguidas como entrância especial. É um equívoco, porque não é única e exclusivamente o número de habitantes que mensurará o volume de trabalho de uma comarca. Portanto, haveremos de emendar o projeto, e espero, de antemão, contar com o apoio desta Casa para que possamos considerar o número de varas instaladas, um dos pré-requisitos fundamentais para estabelecermos qual é o "status", qual é o degrau hierárquico da comarca. Aliás, é o que prevalece para primeira e segunda entrância - não é população, mas o número de varas. Um Juiz, primeira entrância; dois ou mais Juizes, segunda entrância. Divinópolis tem 16 varas e um volume enorme de serviço, acumulando, portanto, uma realidade absolutamente semelhante e, em alguns casos, uma realidade bem superior em número de trabalho que a de outras comarcas classificadas como entrância especial.

Isso salta aos olhos, Deputado Ademir Lucas, que é um profissional do direito e profundo conhecedor, não só por profissão, dos princípios de justiça e do que precisa ser feito a bem da nossa população.

Citando esse exemplo, estendo a minha consideração a diversas cidades que precisarão ser contempladas com a criação de novas varas da Justiça, ao contrário da insistência de alguns teóricos ou burocratas para não criarmos mais varas, porque inviabilizará o funcionamento do Judiciário, do ponto de vista de custos, de financiamento. Isso é um equívoco que chega a parecer má-fé ou má-vontade. A própria Lei de Organização Judiciária prevê que, uma vez criada a vara de Justiça ou ampliado o número de varas... Assim como temos de ampliar para Contagem, Deputado Ademir Lucas, e como já veio, no projeto, contemplado um número razoável. Mas V. Exa. haverá de avaliar isso, porque

ninguém conhece melhor aquela realidade. O Deputado Carlin Moura, que aqui chega, certamente também o fará, porque também é conhecedor daquela realidade.

Eu dizia que não é nenhum embaraço ao funcionamento ou financiamento da Justiça, porque o próprio projeto já diz que, uma vez criada por lei - só pode ser criada por lei -, a vara só será instalada por decreto do Presidente do Tribunal de Justiça, verificando a real necessidade, em função do volume de feitos - o volume de processos que tramitam pelas varas já existentes, o que representa o trabalho dos Juizes -, obviamente verificada a disponibilidade de recursos financeiros para sua implantação.

Mas por que querer criar a vara e já deixar a estrutura judiciária dotada dessa condição de atendimento? Porque sabemos que o crescimento da demanda é grande e que, uma vez tramitado nesta Casa o projeto do Judiciário, só poderemos tratar desse assunto novamente quando o Tribunal de Justiça entender que deve mandar outro projeto. Agora podemos emendar; a Constituição dá-nos esse direito, e temos de exercê-lo em nome do povo mineiro, claro que com moderação e responsabilidade. Não podemos sair criando varas sem nenhuma justificativa concreta.

Penso até que devemos fazer um acordo entre Líderes, nesta Casa, e já partirmos do seguinte princípio, Deputado Carlin Moura: só apresentarmos emendas de criação de mais varas em cidades onde observarmos um volume que extrapola a capacidade instalada hoje ou um volume que já se esteja aproximando dessa capacidade.

Ou seja, já estejamos próximos de, pelo menos, 80% do limite máximo, a que seria razoável um Juiz atender. Devemos ter esse critério para que não haja um festival de emendas, criando varas apenas porque alguém sugeriu ou porque quer marcar algum ponto. Esse não é o espírito que norteia esta Casa. Devemos fazê-lo, para que esse projeto não caia, de novo, na mesma vala do passado. Com o pretexto de que havia muitas emendas, simplesmente o projeto não tramitou. E, não tendo tramitado, o que era bom no projeto ficou prejudicado pelo excesso de emendas, que, temos de admitir, talvez tenham sido mal pensadas, mal propostas.

Abordo essa questão, porque não teremos a menor possibilidade de analisar, na próxima semana, um projeto dessa magnitude. Mas é dever de casa, é para levar para casa mesmo, para estudar no recesso, a fim de já virmos com um propósito muito firme. Deputado Célio Moreira, que é um batalhador de estrutura para a Comarca do Barreiro, com certeza, mais uma vez esse projeto será objeto de preocupação de V. Exa.

Vejo que o tempo se esvai e tentarei concluir minha fala rapidamente, apenas mencionando outros projetos que, como disse, são extremamente relevantes para o segundo semestre. Temos, Presidente, o Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, de autoria do Governador do Estado, o qual vem criar condições para enfrentarmos um problema que foi objeto de audiência pública nesta Casa, do qual tenho tratado, com frequência, em todo o interior de Minas, que é a situação dos designados: professor designado, serventuário designado. Refiro-me àquelas nossas queridas serventes escolares, senhoras às vezes com 60 anos. Algumas já estão com 20 anos de serviços prestados ao Estado. Há também professores nessas condições.

Hoje alguns desses designados já estão próximos de obter o direito à aposentadoria por idade e não têm perspectiva de como se aposentarem. Portanto o Governador envia para esta Casa um projeto com a possibilidade concreta, com a possibilidade não, mas com a realidade de beneficiar quase 100 mil servidores. Esse projeto, com certeza, é um passo importante que Minas Gerais dá em direção à solução de um grave problema que afeta o País inteiro: a realidade de trabalhadores, de funcionários públicos considerados designados. Esses vêm, ano após ano, sendo submetidos a contratos - e isso não é coisa de um governo ou de outro - e precisam de um tratamento humano. O Governador mandamos esse projeto criando a possibilidade de eles ingressarem e se aposentarem no sistema previdenciário do Estado.

Precisamos, simultaneamente à discussão desse projeto, trabalhar para que Brasília se sensibilize e verifique um mecanismo constitucional para resolvermos esse problema. Não podemos imaginar a demissão de uma senhora, servente escolar, que esteja com quase 60 anos de idade e que muitas vezes é arrimo de família. O mesmo não se pode imaginar em relação a uma professora, com décadas de serviços prestados à educação.

Agora o Governador manda o Projeto de Lei Complementar nº 17/2007, e espero que, ao lado de um outro projeto de lei que estaremos debatendo, o do aumento para os servidores da educação, sejam eles dois instrumentos importantes de valorização dos profissionais da educação, de valorização dos servidores públicos. Haveremos de nos empenhar para aprimorá-lo e, acima de tudo, para votá-lo, mostrando que o governo Aécio Neves está atento às demandas que a sociedade apresenta, muitas vezes por meio de parlamentares, como eu. Tenho defendido que esses profissionais designados precisam de uma garantia e de uma segurança maior, principalmente os profissionais da educação, professores e serventes, que não têm tranquilidade nem para sua aposentadoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente, até pelo tempo, que se estendeu por alguns segundos.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/7/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, à vista do disposto no artigo 40, I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, e no laudo médico da Coordenação de Saúde e Assistência, datado de 28/5/07, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 27/5/07, a serem calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/04, a servidora Adriana Valéria Cirino de Carvalho, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04.

### TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Serro. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 24 meses a partir de 16/4/2007. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.